ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO
Rua Ernestino M. Alves nº 78, centro, Bernardo Sayão - TO
CNPJ/MF sob o nº. 11.408.686/0001-70
Fone (63) 3422-1210

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 02 Rub

NÚMERO DO PROCESSO /2023	TERMO DE ABERTURA	DATA 18/01/2023
ÓRGÃO SOLICITANTE	Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão – TO.	
ASSUNTO:	Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO	

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA								
ORGÃO	UNID.	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. /ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	629	1.500.1002
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	630	1.600.0000

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD
01	Contratação de empresa para prestação de serviços médicos- PSF-Zona Urbana com carga horária de 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde deste município.	MESES	12

TERMO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Nesta data procede à abertura do presente processo, para a contratação do objeto solicitado, oportunidade em que submeto o presente à autorização da autoridade superior, **e havendo autorização expressa,** que seja realizada pesquisa de mercado a fim de obter valores estimados na contratação.

REQUERENTE	PARA USO CPL	AUTORIZAÇÃO
Data: 18/01/2023 Wastre Jhonnathan Ferreira de Santana Secretario de Saúde	( ) Convite ( ) Concorrência ( ) Tomada de Preços ( ) Pregão Presencial ( ) Pregão Eletrônico ( ) Dispensa de Licitação	Data: 18/01/ 2023 Osorio Antunes Filho Prefeito Municipal

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS 03

SOLICITAÇÃO – Secretaria Municipal de Saúde

Bernardo Sayão – TO, 18 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: contratação de empresa para aquisição de materiais de informática.

Diante da necessidade de prestação de serviços, no que tange o **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.**

	PREVSÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA							
ORGÃO	**UNID**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**CLASIFICAÇÃO**	**FICHA**	**FONTE**
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	629	1.500.1002
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	630	1.600.0000

Para continuidade do procedimento solicitado, que seja realizada pesquisa de mercado a fim de obter valores estimados na contratação, Proposta de preços, Termo de Referência e Declaração da Existência de Dotação Orçamenta.

WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
SECRETARIO DE SAÚDE

FOLHA Nº 04
Nº
ASS:

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

SOLICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ÁO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Venho através do presente, **Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.**

SOLICITO ao Departamento de Compras que realize as devidas pesquisas de preço para obter a proposta mais vantajosa para contratação, na certeza de pronto atendimento, aguardo deferimento deste memorando.

Item	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-PSF-ZONA URBANA COM CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**	MESES	12

Bernardo Sayão, 18 de janeiro 2023.

WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
SECRETÁRIO DE SAÚDE

FOLHA Nº 05
Nº
ASS:

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

DESPACHO

DO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ASSUNTO: COTAÇÕES DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.

Em resposta as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde venho através deste, encaminhar em anexo os orçamentos referentes ao objeto solicitado.

Bernardo Sayão - TO, 18 de janeiro de 2023.

Daniela Barbosa de Sousa
DANIELA BARBOSA DE SOUSA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 06
Rubrica

COTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EMPRESA/ PESSOA FÍSICA: Isadora da Silva Pereira
CNPJ/CPF: 010.468.802-90
ENDREÇO: Av. Pauí, 538 - centro - Tucumã. PA. CEP: 68385-000
DATA: 18 01 2023

Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão
Rua Ernestino Marcelino Alves
Bernardo Sayão-TO
CNPJ: 11.408.686/0001-70

SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE JOSÉ DOS SANTOS ALVES PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)- ZONA URBANA-OS ATENDIMENTOS SERÃO REALIZADOS 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2023.	UNID.	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
	MESES	12	28.000,00	336.000,00

Dra. Isadora da Silva Pereira
Médica
CRM: 16843-PA

ASSINATURA E CARIMBO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 07
Rubrica

COTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EMPRESA/ PESSOA FÍSICA: DR: MATIAS SERVIÇOS MEDICOS
CNPJ/CPF: 46.602.694/0002-45
ENDREÇO: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO
DATA: 12/01/2023

Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão
Rua Ernestino Marcelino Alves
Bernardo Sayão-TO
CNPJ: 11.408.686/0001-70

SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE JOSÉ DOS SANTOS ALVES PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)- ZONA URBANA-OS ATENDIMENTOS SERÃO REALIZADOS 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2023.	UNID.	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
	MESES	12	24.320,00	291.840,00

Dr. Cicero Matias Leite
Médico
CRM-TO 6600

ASSINATURA E CARIMBO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 08
Rubrica

COTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EMPRESA/ PESSOA FÍSICA: Quesia Kassia Serviços medicos LTDA
CNPJ/CPF: 45329048 0001 -86
ENDREÇO:
DATA: 18-01-2023.

Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão
Rua Ernestino Marcelino Alves
Bernardo Sayão-TO
CNPJ: 11.408.686/0001-70

SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE JOSÉ DOS SANTOS ALVES PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)- ZONA URBANA-OS ATENDIMENTOS SERÃO REALIZADOS 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2023.	UNID.	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
	MESES	12	25.800,00	309.600,00

Dra. Quésia Kassia Oliveira
Médica
CRM-TO 6332

ASSINATURA E CARIMBO

Quésia Kassia O. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO / TO

PLANILHA DE QUANTITATIVO - PLANEJAMENTO DATA:19/01/2023

Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.				PESQUISA DE PREÇO REALIZADA NO MERCADO							
						DR. CICERO MATIAS LEITE CNPJ: 46.608.694/0001-45		DRA. QUÉSIA KASSIA OLIVEIRA CNPJ: 45.329.048/0001-86		VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL GERAL ESTIMADO
Item	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL	V. UNIT.	V. TOTAL	V. UNIT.	V. TOTAL		
1	SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE JOSÉ DOS SANTOS ALVES PELO PROGRAMA DA SAÚDE (PSF)- ZONA URBANA OS ATENDIMENTOS SERÃO REALIZADOS 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2023.	MESES	12	R$ 28.000,00	R$ 336.000,00	R$ 24.320,00	R$ 291.840,00	R$ 25.800,00	R$ 309.600,00	R$ 26.040,00	R$ 312.480,00
VALOR TOTAL				R$ 336.000,00		R$ 291.840,00		R$ 309.600,00		R$ 312.480,00	

Daniela Barbosa de Sousa

DANIELA BARBOSA DE SOUSA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PMBS DESP FINANCEIRO

Folha 01

Assinatura

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

DESPACHO nº 001/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.

	PREVSÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA							
ORGÃO	UNID	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	CLASIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	629	1.500.1002
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	630	1.600.0000

Para continuidade do Processo Administrativo objetivando a contratação de empresa para execução dos serviços, solicito ao Departamento de Contabilidade que enforme a Existência de Dotação Orçamentaria para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar Nº 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal afim de alcançar o objeto pretendo.

Bernardo Sayão – TO, 19 de janeiro de 2023.

WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
SECRETARIO DE SAÚDE

Folha 011

Assinatura

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

DECLARAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.

O Departamento de Contabilidade, DECLARA, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao disposto no Art. 14 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, da existência de previsão dos recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das despesas relacionadas ao objeto indicado acima, consoante da disponibilidade de dotação orçamentária para a tal finalidade.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA								
ORGÃO	UNID	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	CLASIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	629	1.500.1002
05	17.01	10	301	0105	2.144	3.3.90.39.00	630	1.600.0000

Bernardo Sayão – TO, 19 de janeiro de 2023.

Alailso Souza Viana
Contador
CRC N° 004735/0-4/TO.

Alailso Souza Viana
Contador
CRC - TO - 004735/0-4

PMBS DESP FINANCEIRO
Folha 01 12
Assinatura

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

DESPACHO nº 002/2023.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.

Considerando a Declaração da Existência de Dotação Orçamentaria, confirmado pelo Departamento de Contabilidade, encaminhe-se o procedimento ao Gabinete do Prefeito para autorizar a Comissão Permanente de Licitação – CPL, abrir processo licitatório na modalidade **Pregão eletrônico.**

Bernardo Sayão – TO, 19 de janeiro de 2023.

WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
SECRETARIO DE SAÚDE

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADM.2021/2024

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 13
Rubrica

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Bernardo Sayão, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, **AUTORIZO** a Comissão Permanente de Licitação instituída pelo Decreto n. 147, de 03 de outubro de 2021, e em consonância ao disposto no artigo 38, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, a abrir processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médico-PSF-Zona Urbana para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão-TO.**

Bernardo Sayão – TO, 19 janeiro de 2023.

Osorio Antunes Filho
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS 14
Rubrica

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
Avenida Antonio Pesconi, nº 378 – Centro Fone nº (**63) 3422 1241
CNPJ nº 25.086.596/0001-15

Decreto nº. 051/2022

De 03 de junho de 2022.

"Dispõe sobre a nomeação de PREGOEIRO e reestruturação da EQUIPE DE APOIO, que especifica e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Bernardo Sayão, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais, conforme Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, Senhora **ALDENORA VIEIRA XAVIER,** para exercer o Cargo de **Assessor(a) Especial de Licitações, Contratos e Pregoeiro(a),** conforme Lei Municipal nº 426/2015, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Ficam reestruturado e nomeados os servidores abaixo relacionados para exercerem os cargos de Pregoeiro e equipe de apoio para sem prejuízo de suas funções, realizar licitações na modalidade pregão.

I – **PREGOEIRO(A):** Aldenora Vieira Xavier
II – **EQUIPE DE APOIO:** Suelene Milhomem Moura
III – **EQUIPE DE APOIO:** Gilcia Dayane Ferreira Viana
IV – **SUPLENTE DA EQUIPE DE APOIO** – Gerson da Silva Barbosa
V – **SUPLENTE DA EQUIPE DE APOIO** – Maria Zenaide da Silva Costa

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

CERTIDÃO

CERTIFICO haver publicado este decreto no placar da Prefeitura Municipal nesta data, por um período de 15 dias.
Bernardo Sayão -TO, 03 de junho de 2022

Gerson da Silva Barbosa
Secretário Mul. de Administração

Osório Antunes Filho
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 15
Rubrica

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
Avenida Antônio Pescone, nº 378 – Centro.
CNPJ nº 25.086.596/0001-15
Fone nº (**63) 3422 1241 – 1122

TERMO DE AUTUAÇÃO:

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF ZONA URBANA, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Considerando, O Despacho da Contabilidade quanto aos Dados Orçamentários existentes para o Objeto da Licitação;

Considerando, O Despacho do Financeiro quanto à existência de Saldo para o Objeto da Licitação;

Considerando, A autorização do Gestor para a prosseguimento desta Licitação do objeto;

Considerando, A contratação acima especificada na Modalidade Pregão eletrônico do tipo Menor Lance Unitário. Informamos a Numeração da Modalidade e do Processo Licitatório, o qual regerá a referida contratação.

PROCESSO LICITATORIO: 023/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP: 003/2023.

Estes dados encontram-se no CONTROLE CRONOLOGICO da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO.

Bernardo Sayão – TO, 19 de janeiro de 2023.

ALDENORA VIEIRA XAVIER
PREGOEIRA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
Avenida Antônio Pescone, nº 378 – Centro.
CNPJ nº 25.086.596/0001-15
Fone nº (**63) 3422 1241 – 1122

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 16 Rubrica

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº023/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

O Município de Bernardo Sayão, estado de Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA,** no qual observará os preceitos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, critério MENOR LANCE UNITÁRIO, no seguinte teor:

1) **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF ZONA URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.
2) **Modo de disputa:** aberto
3) **UNIDADES REQUISITANTES:** Fundo Municipal Saúde
4) **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**
5) **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 23h 59 do dia 19/02/2023.**
6) **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h00min do dia 20/02/2023.**
7) **LOCAL: www.bnc.org.br** "Acesso Identificado".
8) **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**

na internet, nos sites: www.bnc.org.br; www.bernardosayao.to.gov.br/editais-e-licitacoes.

Demais informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações, na Avenida Antônio Pescone, 378, cidade de Bernardo Sayão -TO, CEP – 77.755-000 e telefone (63) 3422-1141 ou e- mail: pmbscpl2021@gmail.com.

PUBLIQUE-SE.

Bernardo Sayão, 18 de janeiro de 2023.

Aldenora Vieira Xavier
- Pregoeira – Portaria 12/2021 -

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 17
Rubrica

ADVERTÊNCIA

INOBSTANTE A PLENA VIABILIDADE DE AUTO APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 7º 1 DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, VÊM TRAZER AO CONHECIMENTO DE QUEM INTERESSAR POSSA QUE NÃO HESITARÁ EM DECIDIR PENALIZAR OS PREGOANTES QUE DESCUMPRAM O PACTUADO NESTE EDITAL DECONVOCAÇÃO.

COMO DE PRAXE, NO CASO DE INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS LEGAIS, A PREFEITURA DE BERNARDO SAYÃO SE PRONUNCIARÁ COM CLAREZA E PRECISÃO NOSENTIDO DE APLICAR MULTAS, SUSPENDER e IMPEDIR EMPRESAS DE PARTICIPAREM DE CERTAMES LICITATÓRIOS.

DESSE MODO, TAMBÉM CUMPRE INFORMAR QUE A INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES EDITALÍCIAS ACARRETARÁ NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À ESPÉCIE A TODOS QUE DE ALGUM MODO CONCORRAM PARA O DESCUMPRIMENTO DESSAS NORMAS LEGAIS, SENDO-LHES IMPUTADA DIRETAMENTE A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, SEMPREJUÍZO DAS DEMAIS COMINAÇÕES CABÍVEIS, NA CONFORMIDADE COM O QUE PRECEITUA A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

SENDO ASSIM, SOLICITAMOS QUE OS PREGOANTES INTERESSADOS APRESENTEM SUAS PROPOSTAS E LANCES DE FORMA CONSCIENTE, COM A CERTEZA DE QUE PODERÃO ENTREGAR O OBJETO DA FORMA COMO FOI PEDIDO NO EDITAL E DENTRO DOS PRAZOS, PREÇOS E PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS.

VALE LEMBRAR AINDA QUE OS PEDIDOS DE RECOMPOSIÇÃO OU REALINHAMENTO DE PREÇOS SÃO EXCEÇÕES À REGRA, APLICÁVEIS EXCLUSIVAMENTE EM SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS, E SOMENTE SERÃO DEFERIDOS SE ESTIVEREM EM TOTAL CONSONÂNCIA COM A LEI.

RATIFICAMOS, POIS, A CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA E INDISPENSÁVEL DE QUE AS PROPOSTAS SEJAM EFETIVADAS DE FORMA SÉRIA, CONSCIENTE, FIRME, CONCRETA E EXEQÜÍVEL, VISANDO EVITAR TRANSTORNOS DE MAIOR MONTA, TANTO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO PARA OS PREGOANTES EM GERAL.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 15
Rubrica

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

O Município de Bernardo Sayão, por intermédio do Fundo Municipais de Saúde, mediante a Pregoeira **Aldenora Vieira Xavier** designada pela Portaria nº. 12/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003 /2023**, do tipo MENOR LANCE UNITÁRIO, através do site www.bnc.org.br, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;Decreto Municipal nº. 052 de 22/02/2021, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta,atentando também para a data e horário para início da disputa.

- **Recebimento das propostas: a partir das 08 horas 40 minuto do dia 09/02/2023**
- **Fim do recebimento das propostas: às 23:59 horas do dia 19/02/2023**
- **Início da sessão de disputa de preços: às 08 h 00 do dia 20/02/2023**
- **Modo de disputa aberto**

1– DO OBJETO

1) 1.1 A presente licitação tem como objeto 1.1. Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica (s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF Urbano, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste Município. Durante Exercício Do Ano 2023.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no http://bnc.compras.cloudapp.net/ e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

2 – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1.Este Registro de Preços será gerenciado pelo Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão –TO.
2.2. Órgãos participantes: Fundo Municipal de Saúde.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Portal de Compras Públicas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 19
Rubrica

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4. Suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com a Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão e Secretarias municipais, durante o prazo da sanção aplicada, na forma da legislação vigente;

3.5. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.6. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.7. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429/92;

3.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.10. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.11. Licitante cujo estatuto, contrato social ou instrumento equivalente não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

3.12. Licitantes estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

3.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns (não poderão apresentar propostas para o mesmo item), ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, estadual ou distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 20
Rubrica

4.1.1 A adesão a ata de registro de preços deve ser justificada pelo órgão não participante mediante detalhamento das necessidades que pretende suprir por meio do contrato e demonstração da sua compatibilidade com o objeto discriminado na ata, não servindo a esse propósito a mera reprodução, parcial ou integral, do plano de trabalho do órgão gerenciador.

4.1.2 A comprovação da vantagem da adesão deve estar evidenciada pelo confronto entre os preços unitários dos materiais constantes da ata de registro de preços e referenciais válidos de mercado.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais de órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estabelecidos no Anexo I deste edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item estabelecido no Anexo I deste edital e registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no: http://bnccompras.cloudapp.net/ ,que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no "Portal de Compras Públicas" poderá ser iniciado no sítio http://bnccompras.cloudapp.net/, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 21
Rubrica

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A **licitante** deverá encaminhar proposta e composição de preços, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, em arquivo único, PDF e sequenciado conforme pastas disponíveis no PORTAL exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

6.1.1. A demonstração da viabilidade dos preços deverá ser formalmente apresentada, devendo ainda serem indicados os custos dos insumos (planilhas de custos), bem como dos encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do edital com a finalidade de comprovar que os preços são coerentes com os praticados no mercado e, ainda, que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto de acordo com o teor da Súmula 262 do TCU.

6.1.2. **Não haverá outra oportunidade para o envio dos documentos de habilitação, admitindo-se apenas o envio de documentos complementares, caso solicitado pelo Pregoeiro (a).**

6.1.3. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.1.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.1.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 22
Rubrica

6.1.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6.1.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.1.8. Qualquer elemento que possa identificar à **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.1.9. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

6.1.10. O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

6.1.11. Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via *chat*, mensagens às **licitantes** informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

6.1.12. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.1.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

7– DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio http://bnc.compras.cloudapp.net/.

7.1.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.1.3. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8– DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Portal de Compras Públicas, serão obrigatório o preenchimento de todos os campos "VALOR UNITÁRIO E TOTAL" E "DETALHE", as empresas que descumprir terão suas propostas desclassificadas.

8.1.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 23
Rubrica

9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.1.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.1.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

9.1.4. Em caso de empate, o sistema fará o sorteio para desempate.

9.1.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.1.6. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.1.7. Se ocorrer, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes,** os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.1.8. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio http://bnccompras.cloudapp.net/.

9.1.9. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

9.1.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.1.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 001 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários.

10 – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 24
Rubrica

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10.1.3. A **licitante melhor classificada** deverá aceitar ou não a negociação com o pregoeiro no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro.**

10.1.4. A licitante melhor classificada deverá no prazo de 02 (duas) horas mesmo período de negociação enviar a proposta realinhada dos lotes vencedores. Será desclassificada a licitante que não anexar a proposta realinhada no tempo de negociação.

10.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema http://bnccompras.cloudapp.net/ poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro.**

10.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao departamento de licitação de Bernardo Sayão.

10.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.4. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.5. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura municipal de Bernardo Sayão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.8.1.Considerar-se -á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 25 Rubrica

10.8.2.Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro.**

10.8.3.Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10.8.4.Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

11.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.2.4. Declaração de Adimplência emitida pela Secretaria Municipal de Saúde/A não apresentação desta declaração não impedi de participar da licitação.

11.2.5. Apresentar SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

11.2.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.2.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, podendo ser consultado no momento do certame.

11.2.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.9. Não ocorrendo inabilitação mencionada no subitem anterior, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

11.2.10. Os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 26
Rubrica

11.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

11.3.1 - REGULARIDADE JURÍDICA

a) Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual, Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentado na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto. Apresentar documentação pessoal dos sócios, Alvará Municipal de localização e funcionamento.

a.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA

a) Carteira de Identidade
b) CPF

11.3.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede, acompanhado da Certidão expedida pelo Departamento de Tributos do Município de Bernardo Sayão -TO, constando de forma expressa inexistência de débito oriundo de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) www.tst.gov.br, em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição Estadual, e acompanhado da CENIT (certidão negativa de infração trabalhista);

REGULARIDADE FISCAL DA PESSOA FÍSICA

a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 27
Rubrica

b) Certidão de regularidade de tributos e contribuições federais e quanto à dívida ativa da União, expedita pela Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Decreto nº 84.702, de 13/05/80.
c) – Consulta ao CAFIMP (Cadastro de Fornecedores Inadimplentes da Auditoria Geral do Estado de TO) que deverá atestar, ou juntar comprovante, de que a Credenciada não está inscrita no mesmo.

11.3.3 - QUALIFICAÇÃO ECONOMICA:

a) **Balanço Patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, acompanhado de certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante emitida até 60 (sessenta) dias anterior à data marcada para a abertura do processo licitatório e certidão especifica de arquivamento da Junta Comercial do Estado emitida até 60 (sessenta) dias anterior à data marcada para a abertura do processo licitatório, de onde se possam extrair as seguintes informações- A existência de empresa(s) e participação societária em nome da(s) pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) SÓCIAS da licitante; A participação societária da(s) pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) SÓCIAS da licitante na composição societária em sociedades, e; A Existência da empresa licitante e ou participação societária(s) registrada(s) na Junta Comercial em nome da licitante proponente.

'Observação: O balanço patrimonial deverá estar assinado por profissional devidamente regular junto ao seu Conselho de Classe e se apresentar conforme abaixo:

O balanço patrimonial deverá estar registrado no órgão competente e não os Termos de Abertura e Encerramento;

Mesmo que a Licitante que optou pelo regime de lucro presumido, ou que seja considerada microempresa, deverá apresentar balanço patrimonial referente ao último exercício.

O Balanço Patrimonial que deverá ser apresentado no presente certame compõe-se, exclusivamente de: Termo de Abertura; Ativo Circulante, Passivo Circulante, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e Termo de Encerramento;

O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED)

No caso de empresas constituídas a menos de um ano da data de abertura do presente certame, apresentar balanço dos últimos meses de atividades.

b) ir acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional do Contador, CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento se encontra em situação REGULAR no Conselho Regional de sua sede, contendo número, validade e finalidade da certidão de acordo com a Resolução nº 1.402/2012- CFC. e cópia da Carteira de Identidade (ou documento equivalente com foto) do contador, ou profissional equivalente juntamente com a declaração do profissional reconhecida em cartório afirmando que é de sua inteira responsabilidade todas as informações contidas no balanço;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 28
Rubrica

c) **Prova de Capacidade Financeira**, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de: **(Art. 31, § 4º - Lei 8.666/93)**
- liquidez geral (LG).
- liquidez corrente (LC).
- endividamento (E)

Os índices serão calculados como se segue:

LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

LC = (AC / PC)

E = (PC + ELP) / (AC + RLP+ AP)

Onde:
AC - ativo circulante
PC - passivo circulante
AP - ativo permanente
RLP - realizável a longo prazo
ELP - exigível a longo prazo

Observação: A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas. Deverá ser assinado pelo representante legal da empresa licitante e pelo Contador que assina o Balanço Contábil correspondente, certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e pela certidão federal.

11.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão por meio de, no mínimo, 01(um) Atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando contrato **compatível** ao objeto dessa licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Os atestados de capacidade técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando nos mesmos estiver explícita sua validade, os atestados deverão ser apresentados em original ou cópia acompanhado de cópia do contrato ou notas fiscais.

b) Registro ou inscrição da Empresa no Conselho Regional de Medicina, e comprovação de regularidade junto ao CRM;

b) Diploma e registro no Conselho Regional de Medicina do Responsável Técnico da Empresa, e comprovação de regularidade junto ao CRM;

c) Relação dos profissionais para execução do serviço em que a licitante pretende participar de cada lote, informando a especialidade através de cópia certificado de especialização ou do comprovante do registro profissional, de forma que deve contém expressamente o número do registro do profissional

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 29
Rubrica

indicado, deve ainda a licitante comprovar o vínculo com a empresa, do profissional indicado, através de cópia da CTPS ou contrato social, ou contrato de prestação de serviços ou declarações de futura contratação, devendo os documentos caso sejam cópias serem autenticados.

d) Alvará de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, ou ainda do Serviço de Inspeção Federal;

e) Prova de Inscrição do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

f) Declaração, observadas as penalidades cabíveis, de superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida apenas em caso positivo, cf. Anexo II deste Edital);

g) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854, de 1999), cf. Anexo II)

h) Declaração de adimplência emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

i) Atestado de visita técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, atestando que a empresa licitante procedeu com visita de todos os estabelecimentos onde os serviços serão executados, tomando conhecimento "in loco" de cada especificação constante no termo de referência.

j) Os licitantes interessados devem protocolar requerimento junto a Secretaria Municipal de saúde, designando o seu preposto para realização da visita técnica, de preferência um administrador ou pessoa com conhecimento técnico pertinente, até o dia anterior da data de realização da visita técnica definido no item posterior.

l) Fica designado o servidor wires reis para realização da visita técnica, o qual ocorrerá em dois dias, sendo o dia XX/XX/2023 e o XX/XX/2023, em horário definido pelo servidor, após as formalidades contidas no item anterior, em consonância com Acórdão 4.968/2011.

11.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos da prefeitura municipal de Bernardo Sayão, para o endereço descrito no preâmbulo deste edital.

11.4.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.4.3. A menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 30
Rubrica

eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública.

11.4.4. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.4.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.4.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.4.7. Os documentos sem prazo de validade deverão ter sidos expedidos com até 90 (noventa) dias de antecedência da data de abertura da licitação.

11.4.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.4.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente. Serão aceitas somente cópias legíveis;

11.4.10. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.4.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

11.4.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

11.4.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA FÍSICA.
a) Comprovação de que a Credenciada prestou serviço de natureza semelhante ou compatível ao objeto do presente aviso, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado pelo representante legal da mesma e em papel com timbre ou carimbo da empresa.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 31
Rubrica

b) Apresentar Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária.

12 - PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP):

12.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alteração dada pela Lei Complementar 147/2014 e ainda Lei Complementar 155/2016, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

12.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

12.3. Nos termos do Art. 48. Lei complementar 147/2014, inciso III –a administração pública deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

13 - DO ACOMPANHAMENTO EFISCALIZAÇÃO:

13.1 A fiscalização da execução de cada contrato será exercida por servidor designado por meio de portaria da Secretaria Municipal de Saúde, à qual compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas dos serviços prestados a Administração. Dentre suas atribuições está a de acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços contratadas; indicar as eventuais glosas das faturas; além das conferencias do adequado cumprimento das exigências das garantias contratuais, compete ao fiscal informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades, em conformidade com o previsto no edital, no Contrato e na proposta da CONTRATADA;

13.2. A Secretaria Municipal de Saúde fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos;

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 32
Rubrica

encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.1.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

14.3. O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da Nota de Empenho/ordem de fornecimento ou data de assinatura do contrato, e como termo final o recebimento definitivo do objeto pela Administração, ou finalização do prazo contratual caso seja firmado, observado os limites de prazo de entrega fixados neste edital.

15 – DO RECURSO

15.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

15.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar objeto à licitante vencedora.

15.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.5. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do franqueada aos interessados.

15.6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 33
Rubrica

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

16.2. A homologação deste Pregão compete a autoridade competente de Bernardo Sayão.

16.3. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIAS

17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DECRETO 7.892/2013 – Art. 7 Parágrafo 2° § 2° Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

16 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 24 (VINTE E QUATRO) horas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

16.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela autoridade competente.

16.4. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio das certidões fiscais e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

16.5. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar os serviços na forma proposta e contratual objeto licitado, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados em caso de urgência e emergência medica, não se justificando o pagamento de plantões;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 34
Rubrica

17.2. A Empresa CONTRATADA deverá elaborar, bem como fazer cumprir, escala médica semanal ao mês considerando para o Profissional Médico;

17.2.1 Garantir a continuidade da prestação dos serviços, disponibilizando sempre profissionais em número suficiente a atender às suas necessidades, para a cobertura de todos os serviços e horários, apresentada dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, para o mês seguinte, à Secretaria Municipal de Saúde;

17.3. Para fornecimento dos serviços registrado neste Termo de Referência será celebrado o contrato;

17.4. Serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, as despesas e custos adicionais para a prestação do objeto licitado durante o período de execução do contrato;

17.5. Permitir a fiscalização dos serviços por parte de representantes da CONTRATANTE, fornecendo a estes todas as informações solicitadas e acordando com os mesmos as soluções convenientes ao bom andamento dos serviços;

17.6. Não subempreitar ou de qualquer forma, transferir para terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto do presente contrato, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

17.7. Responsabilizar-se direta e exclusivamente, pela execução integral do contrato, respondendo diretamente pelos danos que por si, seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar a CONTRATANTE, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE;

17.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas e quaisquer despesas e encargos exigidos pelas as autoridades, inclusive os tributos e taxas federais, estaduais e municipais, bem como, os encargos trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham a incidir em decorrência deste Contrato;

17.9. Manter durante todo o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião do processo licitatório;

17.10. A licitante vencedora tem o dever no prazo de 72 horas de fornecer todas as informações e documentações dos profissionais que prestarão serviços nos locais referidos a fim de que tais prestações de serviços para que transitem nas dependências dos aludidos estabelecimentos, a CONTRATADA abriga-se a apresentar à CONTRATANTE relação contendo a qualificação completa: Nome, RG, CPF, CRM, registro no órgão regulador da especialidade dos médicos que ela designar para prestar serviços, sob pena de não contratação dos da licitante vencedora, devendo ás cópias ser autenticadas dos seguintes documentos:

17.10.1.Diploma de Graduação em medicina;

17.10.2.Certificado de conclusão de residência;

17.10.3.Certificado de Registro junto ao órgão regulador da especialidade;

17.10.4.Carteira do órgão regulador da especialidade; 33.10.5.Carteira do CRM;

17.10.6.Certidão de quitação de anuidade do CRM;

17.10.7.Comprovante de residência médica na especialidade.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 35
Rubrica

17.10.8. Comprovação de possuir no quadro permanente ou contrato de prestação de serviço registrado em cartório, médicos na especialidade apresentada na proposta (comprovação se fará na forma de apresentação cópia da CTPS, contrato social se sócio da empresa ou outra da legislação vigente);

17.11. A Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão tem o prazo de 48 horas, para avaliar e julgar os documentos fornecidos pela licitante vencedora de acordo com o item 17.10 do edital.

17.12. Realizar os serviços através de profissionais integrantes da equipe técnica, vedado à substituição de qualquer deles, sem a prévia autorização da Administração, ficando-lhe vedada a sublocação, cessão ou transferência deste contrato;

17.13. As substituições de profissionais nos plantões deverão ser feitas pelos profissionais constantes do próprio corpo clinico da contratada;

17.14. A licitante vencedora terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar do substituto, a seguinte documentação:

17.14.1. Curriculum Vitae;

17.14.2. Cópia autenticada do diploma;

17.14.3. Comprovante de registro de regularidade do CRM;

17.14.4. Comprovante de residência médica na especialidade;

17.14.5. Cópia autenticada de título de especialista expedido por qualquer entidade de classe (CRM ou APM).

17.15. Preservar, durante todo o prazo contratual, todas as condições que lhe asseguraram habilitação no procedimento licitatório, determinante da celebração deste ajuste;

17.16. Designar um representante para a coordenação dos serviços ora contratados, comunicando expressamente a designação à Secretaria Municipal de Saúde por escrito, ficando este, também representando a CONTRATADA perante a Direção da Secretaria Municipal de Saúde;

17.17. Zelar pela observância, pelos profissionais, pela execução dos serviços ora contratados, de todas as normas éticas pertinentes ao exercício da medicina e a sua especialidade;

17.18. Fazer registrar em livro próprio, denominado "Diário de Locação de Serviços" ao final de cada jornada de trabalho, todos os atendimentos feitos durante o dia, e rubricar as notações através do representante da empresa;

17.19. Responsabilizar pelos danos causados à SETORES DE TRABALHO ou a terceiros na execução dos serviços pelos seus prepostos, sejam eles decorrentes de culpa ou dolo, assumido a reparação ou ressarcimento à Secretaria Municipal de Saúde pelas despesas que fizerem em decorrência;

17.20. Participar através de seu representante legal ou preposto designado expressamente da reunião mensal com a Divisão de Serviços Médicos da Secretaria Municipal de Saúde;

17.21. Substituir o Profissional infrator sempre que solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras penalidades, sempre que o infrator infringir normas técnicas, éticas, determinações administrativas, procedimentos e/ ou normas internas;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 36
Rubrica

17.22. Participar de trabalhos científicos, programas, protocolos e convênios mantidos e/ou quando solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo nomear representante, membro do corpo clinico, para representá-lo;

17.23. Apresentar até o 10º (décimo) dia de cada mês, os documentos comprobatórios das quitações referentes a impostos e obrigações sociais de sua responsabilidade;

17.24. Manter o cadastro da empresa médica e dos médicos regularizados junto ao CRM;

17.25. A responsabilidade técnica e profissional pela prestação de serviços, bem como a civil e criminal junto aos órgãos e poderes competentes, serão exclusivas da CONTRATADA e de seus sócios que, em contrapartida, gozarão de ampla liberdade profissional, ressalvando-se apenas a abordagem de aspectos médicos e éticos que se envolvem com a prestação de serviços junto ao Diretor Técnico.

17.26. As empresas terão um prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da implantação, para adaptarem se ou pronunciarem-se sobre determinações administrativas, procedimentos e/ou normas dos serviços, sempre por escrito;

17.27. Na contratação de sociedades cooperativas, o órgão ou entidade deverá verificar seus atos constitutivos, analisando sua regularidade formal e as regras internas de funcionamento, para evitar eventual desvirtuação ou fraude.

17.28. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.

17.29. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

18 – DAS SANÇÕES

18.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

18.2. Cometer fraude fiscal;

18.3. Apresentar documento falso;

18.4. Fizer declaração falsa;

18.5. Comportar-se de modo inidôneo;

18.6. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93,94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

18.7. Não assinar o contrato e a ata de registro de preços no prazo estabelecido;

18.8. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 37
Rubrica

18.9. Não mantiver a proposta.

18.10. Art. 49 § 1o A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei, § 2o A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

19- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente no portal de compras públicas.

19.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no portal de compras públicas.

19.5. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

19.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A autoridade competente compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2. A anulação do Pregão induz à do contrato.

20.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 38
Rubrica

20.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

20.9. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da prefeitura municipal, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

21 – DOS ANEXOS

21.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo De Declarações Pregão Eletrônico;

Anexo III - Minuta do Contrato.

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

22– DO FORO

22.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Colinas- TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Bernardo Sayão - TO, 20 de janeiro de 2023.

Aldenora Vieira Xavier
Pregoeira Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 39
Rubrica

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO/ESPECIFICAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica (s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF Zona Urbano, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste Município. Durante Exercício Do Ano 2023.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do referido serviço, se faz necessária para dar continuidade e a ampliação na prestação dos serviços públicos essenciais no atendimento das demandas, junto as Unidades de Saúde do Município de Bernardo Sayão -TO, uma vez que os profissionais (médicos) faz sim necessário pela grande demanda em busca de atendimento, sendo que não há outra saída à Administração Municipal que realizar a contratação de empresas/pessoa física prestadora de serviço. A falta desses serviços objeto dessa licitação comprometerá o atendimento que colocará em risco a saúde e a vida das pessoas que venham a procurar atendimento público e sendo assim, é evidente a necessidade de contratar serviços objeto deste, para garantirmos assim um melhor atendimento para a população de Bernardo Sayão -TO;

2.2 - Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988.

> *"Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".*

> *"Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado".*

2.3- Em razão do dever de garantir os serviços de saúde não pode o Município correr o risco de adiar a contratação em questão, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público;

2.4 - A assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada, sendo o município o grande articulador entre os pacientes usuários do SUS, e o atendimento de saúde;

2.5 - A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 10
Rubrica

segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados;

2.6 - A necessidade premente de manter aos munícipes de Bernardo Sayão -TO, a oferta de serviços assistenciais de Atenção Básica e também de Média Complexidade, e ainda visando à ampliação do acesso universal aos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados pelo SUS;

2.7 - Em razão das dificuldades diversas na prestação dos serviços de saúde oriundas, principalmente, do escasso mercado profissional no que tange a médicos especializados em DESCREVER ESPECIALISTAS e que devem atuar com competência e destreza na atenção ao usuário. Para organizar uma rede que atenda os principais problemas de saúde dos usuários a serem atendidos na UBS 24hrs, Unidades Básicas de Saúde foi necessário olhar e considerar o perfil epidemiológico regional e as carências de oferta dos serviços;

2.8 - Os serviços objeto deste Termo de Referência vêm a atender à demanda assistencial evidenciada na região de Bernardo Sayão -TO, cidade de Bernardo Sayão -TO;

2.9 - O conceito estruturante a ser utilizado é que o atendimento aos usuários, com quadros agudos ou não, deve ser prestado por todas as portas municipais de entrada do SUS, possibilitando a resolução de seu problema ou transportando-o, responsavelmente, para um serviço de maior complexidade, na Rede Própria, ou é claro, dentro de um sistema hierarquizado e regulado, conforme institui a Política Nacional de Atenção as Urgências (BRASIL, 2003). Desta forma, organizam-se as redes regionais de atenção às urgências como elos de uma rede de manutenção da vida, em níveis crescentes de complexidade e responsabilidade;

2.10 - No Brasil, o perfil epidemiológico evidencia uma alta morbidade relacionada ao Covid-19, violência e acidentes de trânsito, e no município de Bernardo Sayão -TO não é diferente. As causas externas (que incluem os acidentes e violências) são responsáveis pela 3ª causa de morte na população geral e a 1ª causa de morte na faixa etária de 1 a 39 anos. No trânsito, o Brasil ocupa o 5º lugar no mundo em mortes provocadas por incidentes relacionados aos acidentes de trânsitos e atropelamentos, atrás apenas da Índia, China, Estados Unidos e Rússia (OPAS, 2009), novamente podemos verificar que Bernardo Sayão -TO se enquadra perfeitamente neste perfil. Associado a isto, observa-se também o envelhecimento populacional brasileiro e suas consequentes enfermidades, sobretudo nos casos onde não existe cobertura de Atenção Básica, evidenciando o impacto desta circunstância no setor de saúde, principalmente no sistema hospitalar. De fato se faz necessária a implementação de políticas públicas que venham a priorizar a assistência à vida do idoso e, neste caso, especificamente na assistência médica aos pacientes em condições de saúde vulnerável;

2.11 - Para organizar uma rede que atenda os principais problemas de saúde dos usuários do SUS no município de Bernardo Sayão -TO foram levadas em consideração, além do perfil epidemiológico municipal e regional, também as carências de oferta dos serviços municipais, e ainda a intenção de garantir os serviços já prestados;

2.12 - Os serviços objeto deste Termo de Referência vêm para atender à demanda assistencial já existente, e evidenciada na região do Bernardo Sayão -TO, mais especificamente no município de Bernardo Sayão -TO, apresentando perfil assistencial voltado ao atendimento de Atenção Básica, nas Unidades Básicas de Saúde da Zona Rural e Urbana, Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 41
Rubrica

Centros de Saúde, e atendimentos de Média Complexidade, no Hospital Municipal, Unidade de Pronto Atendimento 24hrs, Serviço Móvel de Atendimento as Urgências, conforme será melhor detalhado adiante. Engendraram-se esforços para construção de um modelo que garanta os benefícios do interesse público, por meio da oferta de serviços de saúde de qualidade, necessários a esta prestação de atenção integral à saúde;

2.13 - O Serviço a ser contratado, ainda que por prazo determinado, visa assegurar a assistência médica em caráter contínuo e resolutivo, objetivando o aumento da eficiência e maior oferta no número de procedimentos;

2.14 - A contratação em tela se faz necessária em virtude da carência de previsão dos cargos necessários no Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão -TO, estão com capacidade de cargos muito abaixo do necessário para fornecer os serviços à população, sobretudo no que diz respeito aos Serviços Médicos, além do mais, o Município de Bernardo Sayão -TO já se encontra acima do percentual de gasto com servidor público previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como não possui previsão na Lei Orçamentaria Anual para realização de concurso nas especializadas médicas que se pretende licitar como determina a EC n° 95/2016;

2.15 - Em virtude com a intensão de reparar o problema de previsibilidade ou insuficiência de cargos na Secretaria Municipal de Saúde, e em virtude das Contratações Objeto deste Termo de Referência ter caráter transitório, ou seja, se darão por no máximo doze meses, tempo que consideramos razoável, para que, mediante estudo preliminar do Quadro Funcional da Saúde Municipal, remetido ao Gabinete do Chefe Máximo do Poder Executivo Municipal, solicitando estudo detalhado e posterior providências para alteração dos quantitativos de profissionais nos cargos já previstos, bem como a inclusão de outros cargos necessários a boa prestação de serviços;

2.16 - Outro fator determinante para opção de futura contratação de Pessoa Jurídica, foi o princípio da economicidade, que mesmo sem termos realizado um estudo detalhado, observamos que o profissional médico via de regra, trabalha mediante valores de mercado atualmente praticados na sua região de atuação, com pouca oscilação destes valores, esta condição por muitas vezes é aceita nos setores públicos e até mesmo nos privados em razão da carência de disponibilidade de profissionais médicos, além também das manobras de reserva de mercado por estes profissionais mesmos praticadas, sobretudo quando se trata de profissional especialista, que tem oferta mercadológica ainda mais restrita;

2.17 - Independente da impossibilidade de constatação de economicidade, em virtude da reserva de mercado mencionada, na modalidade de prestação por serviços pessoa jurídica, a municipalidade pagará apenas pelos serviços efetivamente realizados, consumidos pela população e medidos sob rigorosos critérios de avaliação. Ora, já se observa ai que diferentemente do regime de contratação por jornada de trabalho, salvo nas Unidades da Atenção Básica, o município só desembolsará algum valor mediante a realização de serviços. Outro fator a ser levado em consideração, é que na modalidade Pessoa Jurídica, o município não remunerará 13º Salário e nem 1/3 de Férias aos médicos, e, diga-se de passagem, serão valores que economizados podem pagar mais de um mês de cobertura de serviços médicos em toda a Rede Municipal, sendo assim, mais que evidente a economia que o município estará fazendo através desta opção neste momento.

3 - DA OPÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 12
Rubrica

3.1- A opção por Sistema de Registro de Preços - SRP, tem como fator principal, a vantajosidade que traz a Administração Pública, no sentido de promover a diminuição do número de processos para aquisição de bens e/ou serviços, evitando também que se faça aquisição de um mesmo produto/serviço com mais de um preço, e ainda pelas seguintes vantagens sobre a licitação convencional:
I - Inexistência da obrigatoriedade de dotação orçamentária, que apenas será efetuada no momento da expedição da nota de empenho (ou similar) ou quando da celebração do contrato;
II - Compras ou serviços imprevisíveis ou de difícil previsibilidade;
III - Redução do volume de estoque e/ou perda de bens;
IV - Redução significativa do volume de licitações, afinal, através de uma única licitação, a Administração poderá efetuar a contratação do objeto pelo prazo de validade da ata (até doze meses);
V- Afasta significativamente problemas decorrentes da falta de planejamento;
VI - Evita o fracionamento ilegal de despesa; (...)
VIII - Possibilidade de atendimento, em um mesmo certame licitatório, de outros órgãos e entidades

4. – DAS CARACTERISTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E VALORES REFERENCIAIS

4.1. Município: Bernardo Sayão -TO
Instituição: Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão -TO
Código do Município:
População:
Micro-Região: Bernardo Sayão -TO

4.1.2 - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO – ATENÇÃO BÁSICA

4.1.2.1 – Bernardo Sayão conta atualmente com Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF, 01 Equipe de Atenção Domiciliar (01 EMAD e 01 EMAP) que compõem o Programa Melhor em Casa. Estes serviços são disponibilizados a população usuária do SUS em 1 Estruturas Físicas na Zona Urbana, e em 04 Estrutura na Zona Rural, a condição dos prédios é muito boa, que atendem quase que na sua totalidade a todas as legislações do Ministério da Saúde, temos em certos casos mais de uma Equipe atuando em um mesmo prédio, pois na Construção dos mesmos já foi previsto ambiência para duas Equipes.

4.1.5.2 - A UBS na Zona Urbana fica situada na Localidade rua Antônio Alves de Brito, conta além da estrutura normal de uma UBS, com acomodações para Equipe, bem como cozinha para preparo de alimentos;

4.1.7 - ESPECIALIDADES MÉDICAS

4.1.7.1 - As Especialidades são oferecidas em estabelecimentos de saúde municipais sejam eles próprios, cedidos ou alugados, todos os locais de atuação apresentam condições satisfatórias para atuação dos profissionais;

4.1.8 - DOS VALORES REFERENCIAIS

4.1.8.1 O custo estimado será sigiloso total da presente licitação é de **R$** xxxx (xxxxx).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 43
Rubrica

4.1.8.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em cotações em mercado.

4.1.8.3 - ABAIXO TABELAS DESCRITIVAS DOS SERVIÇOS E VALOR TOTAL MÉDIO POR SEGUIMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica(s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF Urbano, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste Município. Durante Exercício Do Ano 2023	12 MESES	R$	R$

5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS EXIGENCIAS PERTINENTES

5.1 - 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a proponente forneceu serviços iguais ou similares, pertinente e compatível em características com o objeto licitado;

5.2 - Registro ou inscrição da Empresa no Conselho Regional de Medicina, e comprovação de regularidade junto ao CRM;

5.3 - Diploma e registro no Conselho Regional de Medicina do Responsável Técnico da Empresa, e comprovação de regularidade junto ao CRM;

5.4 - Alvará de localização e funcionamento municipal da sede da empresa licitante;

5.5 - Alvará de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, ou ainda do Serviço de Inspeção Federal;

5.6 -Declaração firmada pelo representante legal da empresa juntamente com responsável técnico (Administrador devidamente registrado no CRA), atestando que caso a empresa seja vencedora, o mesmo será o responsável técnico para fiscalização e acompanhamento dos funcionários objeto da presente licitação, não apresentação a declaração não impedir de participa do certame.

5.7 A não apresentação do comprovar sua inscrição junto ao Conselho Regional de Administração – CRA da sede do licitante, mediante os documentos emitidos pelo respectivo conselho não impedir a licitante de participar do certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 129
Rubrica

5.8 A exigência contida nos itens 5.6 e 5.7, são de suma importância para correto desenvolvimento do respectivo contrato, tendo em vista, que a e licitante promoverá a contratação ou a regularização operacional de diversos médicos e funcionários, o que demanda uma estrutura apropriada no que consiste o procedimento de contratação de mão de obra, o que atrai competência do Administrador para acompanhamento, controle e fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas e outras que afetam a presente execução.

Por sua vez, a resolução Normativa CFA nº 521/2017 disciplina a competência do administrador em fiscalizar as atividades da pessoa jurídica quando atuante no ramo da prestação de serviços de fornecimento de mão de obra especializada como é o caso do presente pregão.

Atividade do administrador encontra respaldado pelo Art. 2º da Lei 4.769/65, bem como, defini sua atuação dentro do corpo técnico das pessoas jurídicas, sendo de suma importância tal profissional para o correto desenvolvimento do objeto ora licitado, uma vez, que serão realizados estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controles dos trabalhos nos campos da Administração, como **Administração e seleção de pessoal**, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos.

Desta forma, considerando que administração pública entende que o administrador é essencial para desenvolvimento dos serviços prestados no presente procedimento licitatório, temos por bem, exigir que tal profissional conste no quadro de pessoal da empresa licitante, como critério de qualificação técnica para atendimento do objeto em questão.

Por força de lei, considerando a necessidade do administrador do quadro da empresa ora licitante, faz-se necessário o seu registro do Conselho Regional de Administração – CRA, conforme previsto da Lei 6.839/1980.

6 - DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 - Os serviços requisitados objeto licitado deverão ser apresentados, mediante a ordem de serviço expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão (TO);

6.2 - A execução dos serviços do presente TR será conforme as necessidades da CONTRATANTE, sendo que o prazo para início da execução será de 24 (VINTE E QUATRO) horas corridos, contados a partir da assinatura do Contrato e publicação.

6.3 DA REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA.

No presente procedimento licitatório, a administração pública já teve diversos contratempos com algumas licitantes que optaram por participar da licitação, todavia, não tiveram o cuidado de examinar de forma cuidadosa as questões imprescindíveis para execução do objeto em questão, tais como: condições regionais de salários, médicos instalados na região, geografia do município e outras

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 15
Rubrica

peculiaridades ligadas diretamente na execução, os quais, causaram prejuízos para administração pública por simplesmente desconhecerem a realidade local.

Pensando nisso, e com objetivo de evitar questionamentos no futuro, bem como, as disposições contidas na Lei de Licitações, em especial, o planejamento e a correção dos erros/equívocos cometidos em procedimentos anteriores, é que entendemos ser imprescindível a realização de visita técnica pelo licitantes interessados, para conhecimento de todas as questões regionais que impactam na formulação da proposta, bem como, na execução do contrato futuro, não sendo suficiente a mera declaração de conhecimento, tendo em vista, que estamos cuidando de um objeto especifico e com pouca mão de obra no município Contratante.

Ademais, a Lei de Licitações autoriza que a Administração exija a realização de visita técnica pelo licitante como requisito de qualificação. Isso se afere a partir da leitura do art. 30, inciso III da Lei n°8.666/93, que dispõe: "a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á: (...) III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação"

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

> *"A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto".*

Ademais, a sua exigência como caráter obrigatório e plenamente justificável considerando as especificidade do objeto ora licitado, além das questões operacionais, estruturais e salariais reinantes no Município de Bernardo Sayão, onde o licitante tomara conhecimento de todos os pontos pertinentes, para formulação correta da sua proposta de preço e conhecimento real de todos os locais/postos de trabalho onde os médicos exerceram suas atividades.

Desta forma, devidamente justificado e demonstrado a necessidade de realização de visita técnica obrigatório por força da justificativa em comento, requeremos a designação de pelo menos dois dias para realização das visitas técnicas, mediante requerimento escrito do licitante, onde identificará o proponente da empresa responsável pelo acompanhamento da visita.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 46
Rubrica

7.1 - Executar os serviços na forma proposta e contratual objeto licitado, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, não se justifica o pagamento de plantões.

7.2 - A Empresa CONTRATADA deverá elaborar, bem como fazer cumprir, escala médica semanal ao mês considerando o plantão para cada Profissional Médico;

7.2.1 - Garantir a continuidade da prestação dos serviços, disponibilizando sempre profissionais em número suficiente a atender às suas necessidades, para a cobertura de todos os serviços e horários, apresentada dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, para o mês seguinte, à Secretaria Municipal de Saúde;

7.3 - Para fornecimento dos serviços registrado neste Termo de Referência será celebrado o contrato;

7.4 - Serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, as despesas e custos adicionais para a prestação do objeto licitado durante o período de execução do contrato;

7.5 - Permitir a fiscalização dos serviços por parte de representantes da CONTRATANTE, fornecendo a estes todas as informações solicitadas e acordando com os mesmos as soluções convenientes ao bom andamento dos serviços;

7.6 - Não subempreitar ou de qualquer forma, transferir para terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto do presente contrato, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

7.7 - Responsabilizar-se direta e exclusivamente, pela execução integral do contrato, respondendo diretamente pelos danos que por si, seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar a CONTRATANTE, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE;

7.8 - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas e quaisquer despesas e encargos exigidos pelas as autoridades, inclusive os tributos e taxas federais, estaduais e municipais, bem como, os encargos trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham a incidir em decorrência deste Contrato;

7.9 - Manter durante todo o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião do processo licitatório;

7.10 - Realizar os serviços através de profissionais integrantes da equipe técnica, vedado à substituição de qualquer deles, sem a prévia autorização da Administração, ficando-lhe vedada a sublocação, cessão ou transferência deste contrato;

7.11 - As substituições de profissionais nos plantões deverão ser feitas pelos profissionais constantes do próprio corpo clinico da contratada;

7.12 - A CONTRATADA terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar do substituto, a seguinte documentação:

- Curriculum Vitae;
- Cópia autenticada do diploma;
- Comprovante de registro de regularidade do CRM;
- Comprovante de residência médica na especialidade;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 17
Rubrica

- Cópia autenticada de título de especialista expedido por qualquer entidade de classe (CRM ou APM)

7.13 - Preservar, durante todo o prazo contratual, todas as condições que lhe asseguraram habilitação no procedimento licitatório, determinante da celebração deste ajuste;

7.14 - Designar um representante para a coordenação dos serviços ora contratados, comunicando expressamente a designação à Secretaria Municipal de Saúde por escrito, ficando este, também representando a CONTRATADA perante a Direção da Secretaria Municipal de Saúde;

7.15 - Zelar pela observância, pelos profissionais, pela execução dos serviços ora contratados, de todas as normas éticas pertinentes ao exercício da medicina e a sua especialidade;

7.16 - Fazer registrar em livro próprio, denominado "Diário de Locação de Serviços" ao final de cada jornada de trabalho, todos os atendimentos feitos durante o dia, e rubricar as notações através do representante da empresa;

7.17 - Responsabilizar pelos danos causados à SETORES DE TRABALHO ou a terceiros na execução dos serviços pelos seus prepostos, sejam eles decorrentes de culpa ou dolo, assumido a reparação ou ressarcimento à Secretaria Municipal de Saúde pelas despesas que fizerem em decorrência;

7.18 - Participar através de seu representante legal ou preposto designado expressamente da reunião mensal com a Secretaria Municipal de Saúde;

7.19 - Substituir o Profissional infrator sempre que solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras penalidades, sempre que o infrator infringir normas técnicas, éticas, determinações administrativas, procedimentos e/ ou normas internas;

7.20 - Participar de trabalhos científicos, programas, protocolos e convênios mantidos e/ou quando solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo nomear representante, membro do corpo clinico, para representá-lo;

7.21 - Apresentar até o 10º (décimo) dia de cada mês, os documentos comprobatórios das quitações referentes a impostos e obrigações sociais de sua responsabilidade;.

7.22 - Manter o cadastro da empresa médica e dos médicos regularizados junto ao CRM;

7.23 - A responsabilidade técnica e profissional pela prestação de serviços, bem como a civil e criminal junto aos órgãos e poderes competentes, serão exclusivas da CONTRATADA e de seus sócios que, em contrapartida, gozarão de ampla liberdade profissional, ressalvando-se apenas a abordagem de aspectos médicos e éticos que se envolvem com a prestação de serviços junto ao Diretor Técnico;

7.24 - As empresas terão um prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da implantação, para adaptarem-se ou pronunciarem-se sobre determinações administrativas, procedimentos e/ou normas dos serviços, sempre por escrito;

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 18 Rubrica

8.1 - Efetuar o devido empenho da despesa e o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega do relatório de fornecimentos dos serviços e a emissão de Nota Fiscal;

8.2 - Atestar nas notas fiscais / faturas a efetiva prestação dos serviços objeto deste Contrato mediante Relatório emitido pelo estabelecimento(s) com visto da Secretaria Municipal de Saúde;

8.3 - Disponibilizar à CONTRATADA a infra-estrutura para garantir o pleno desenvolvimentos dos serviços descritos, aí incluído pessoal de apoio e auxiliar, devendo prover, também os meios técnicos de material pessoal auxiliar e de apoio para conservação, organização e manutenção dos serviços de arquivo médico estatístico;

8.4 - Prestar a CONTRATADA toda informação necessárias ao pleno cumprimento do objeto;

8.5 - Exigir da CONTRATADA que a prestação de serviço seja feito dentro das normas técnicas e éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de |Medicina do Estado do Tocantins e Associação Tocantinense de Medicina, determinações administrativas e/ou procedimentos internos vigentes e que vierem a ser implantados;

8.6 - Exigir da CONTRATADA, nos casos de substituição, ainda que temporária, de qualquer dos profissionais que apresentou a comprovação de que o substituto possui as mesmas habilitações do substituído, reservando-se o direito de aprovar ou negar a substituição;

8.7 - A Administração Pública poderá se recusar a receber os serviços, caso este esteja em desacordo com as obrigações ou proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário;

8.8 - Nos termos do artigo 78, XV da Lei de Licitação Administração Municipal poderá atrasar até 90 (noventa) dias os pagamentos devidos CONTRATADA, considerado como atraso quando a mesma cumprir as obrigações previstas no item 10 para iniciar o prazo de pagamento, não podendo ela suspender os serviços durante tal período sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência e nas leis vigentes, ficando responsabilizadas pelos Danos Morais e Materiais pela ausência da prestação do serviço, ora contratado.

9 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

9.1 - Para o fornecimento do objeto em tela será formalizada em Contrato Administrativo em de acordo com o Decreto Nº 7.892/2013, artigo 7º, §2º, que: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil", estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com os Termos Contratual, Termo de Referência e da Proposta de Preços da empresa Contratada;

9.2 - O Contrato terá a vigência a contar a partir de sua publicação podendo ser de 12 meses e prorrogado de conformidade com o que estabelece o inciso II do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93;

9.2.1 - No âmbito federal a questão já foi superada com a Orientação Normativa AGU nº 01/2009, segundo a qual "a vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro";

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 49
Rubrica

9.2.2 – A(s) Licitante(s) Vencedora (s) será convocado para assinar o contrato, no prazo de 24 (VINTE E QUATRO) horas, contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação. A recusa injustificada do proponente em assinar o contrato, dentro do prazo aqui estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à penalidades previstas no ato convocatório e na lei de regência;

9.2.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, o Município convocará os credenciados no cadastro de reserva remanescente, na ordem dos lances finais, para assinatura do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos valores registrado em ata;

9.2.4 – Para fins de instruir a CONTRATAÇÃO dentro do prazo estipulado no item 6.2 deste termo de referência a licitante vencedora tem o dever no prazo de 72 horas de fornecer todas as informações e documentações dos profissionais que prestarão serviços nos locais referidos a fim de que tais prestações de serviços para que transitem nas dependências dos aludidos estabelecimentos, a CONTRATADA abriga-se a apresentar à CONTRATANTE relação contendo a qualificação completa: Nome, RG, CPF, CRM, registro no órgão regulador da especialidade dos médicos que ela designar para prestar serviços, sob pena de não contratação dos da licitante vencedora, devendo ás cópias ser autenticadas dos seguintes documentos:

9.2.4.1- Diploma de Graduação em medicina;
9.2.4.2- Certificado de conclusão de residência;
9.2.4.3 - Certificado de Registro junto ao órgão regulador da especialidade;
9.2.4.4 - Carteira do órgão regulador da especialidade;
9.2.4.5 - Carteira do CRM;
9.2.4.6 - Certidão de quitação de anuidade do CRM;
9.2.4.7 - Comprovante de residência médica na especialidade;
9.2.4.8 - Comprovação de possuir no quadro permanente ou contrato de prestação de serviço registrado em cartório, médicos na especialidade apresentada na proposta (comprovação se fará na forma de apresentação cópia da CTPS, contrato social se sócio da empresa ou outra da legislação vigente);

9.2.5 – A CONTRATANTE para fins de instruir a CONTRATAÇÃO em de acordo com prazo previsto no item 6.2 tem o prazo de 48 horas, para avaliar e julgar os documentos fornecidos pela CONTRATADA de acordo com o item 9.2.4 ao item 9.2.4.8 do termo de referência.

9.2.6 - O CONTRATO a ser assinado terá como base a MINUTA DE CONTRATO que fará parte do certame licitatório, como anexo ao ato convocatório;

9.2.7 – O CONTRATO a ser firmado conterá previsão de alteração do objeto na forma da Lei 8.666/93;

9.2.8 – O Contrato estabelecerá outras condições, como forma de pagamento, prazo de vigência, responsabilidade das partes, multas para mora e inadimplemento, dotações a conta da qual correrão as despesas de seu objeto, entre outras;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 50
Rubrica

9.2.9- Foi estabelecida cláusula de repactuação com critérios diferenciados para a atualização de preços, devendo ser observada a Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

10 – DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

13.1 – O Faturamento das Notas Fiscais/ faturas será emitido pela CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente de competência da prestação dos serviços, em nome da CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO: Av. Ernestino Marcelino Alves, nº 78, centro, BERNARDO SAYÃO –TO – CNPJ: 11.408.686/001-70, mediante a entrega do comprovante do cumprimento dos compromissos(produção) e ou comprovante da escala medica (serviços prestados) após a emissão da nota devidamente regularizada pelo setor de com pras:

10.1.1 – A quantidade máxima de pagamento serão de acordo com a necessidade de profissionais por posto oriundo aos meses para as Unidades de Saúde descritas no TR;

10.2 - O pagamento será feito de acordo com os recursos disponíveis, não superiores a 30 (dias) após o atesto da Nota Fiscal. As notas fiscais serão devidamente atestadas pelo fiscal designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão /TO;

10.3 - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

10.4 - Conferência e aprovação do pré-faturamento mensal e atesto de conformidade com o fornecimento;

10.5 - O pagamento referente a cada mês fica condicionado à comprovação de regularidade fiscal perante a Administração. A contratada fica ciente de que deverá apresentar à Contratante, ao fim de todos os meses TODA A DOCUMENTAÇÃO ABAIXO RELACIONADA:

10.5.1- Ordem de Serviço;

9.5.2 - Nota Fiscal emitida em nome da CONTRATANTE;

10.5.3 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.4 - Certidão Negativa Municipal da Sede licitante;

10.5.5 - Certidão Negativa de Débitos do FGTS;

10.5.6 - Certidão Trabalhista;

10.5.7 - Ateste do fiscal do contrato;

10.6 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, conforme dados fornecidos pela mesma, da forma seguinte: CONTA CORRENTE Nº:.....BANCO:.....AGÊNCIA Nº:.....;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 51
Rubrica

10.7 - O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato;

10.8 - Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

10.9 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

11 – DAS SANÇÕES

11.1 - O descumprimento das obrigações e demais condições deste Termo de Referência, do Edital e dos Contratos, sujeitará a empresa às seguintes sanções, quando for o caso:
I - Advertência;
II - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Bernardo Sayão /TO;
III - Multa pelo atraso na prestação do serviço;
IV - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

11.2 - Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

11.3 - As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação;

11.4 - As demais sanções pelo descumprimento das obrigações contratuais estão previstas no Termo de Contrato, parte integrante do Edital.

12 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução de cada contrato será exercida por servidor designado por meio de portaria da Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão /TO, à qual compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas dos serviços prestados a Administração. Dentre suas atribuições está a de acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços contratadas; indicar as eventuais glosas das faturas; além das conferencias do adequado cumprimento das exigências das garantias contratuais, compete ao fiscal informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades, em conformidade com o previsto no edital, no Contrato e na proposta da CONTRATADA;

12.2 - A Secretaria Municipal de Saúde fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos;

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 52
Rubrica

13.1 - A Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão /TO se reserva ao direito de inspecionar os serviços, podendo solicitar sua substituição, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa e por razões de interesse público;

13.2 - Constatado por um agente da Secretaria Municipal de Saúde através de laudo, que os serviços se encontram em desacordo com o edital, após contraditório, o contrato poderá ser rescindido, independentemente da aplicação das sanções cabíveis;

13.3 - Os encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, inclusive indenizações decorrentes de acidentes ou qualquer outro incidente envolvendo a execução dos serviços ora contratados, a quem quer sofra os danos serão de inteira e exclusiva responsabilidade do contratado, não restando qualquer ônus a Secretaria, sequer subsidiariamente;

13.4 – O contratado responsabilizar-se à civil e criminalmente, inclusive no que se refere a eventual dano, a quem quer que o sofra, por qualquer erro ou imperfeição na execução do objeto licitado.

Bernardo Sayão /TO, 20 de janeiro de 2023.

WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 53 Rubrica

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÕES PREGÃO ELETRONICO SRP 003/2023

DECLARA, na forma e sob as sanções previstas na Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos para participação nesta licitação.

DECLARA ainda ter ciência que "A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios das leis supracitadas, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, referente ao Edital de Pregão, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital – Art.26 **§ 1º** . DECRETO 10.024/19.

DECLARA, sob as penas da lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

DECLARA, de que aceita e concorda com as condições expressas no Edital.

_____
Local e data

_____
Assinatura do representante legal ou procurador da licitante

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls.
Rubrica

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº «NUMERO_DO_CONTRATO»
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº XXX/20XX
ORIGEM: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/20XX_____

O «NOME_DA_CONTRATANTE», neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na «ENDERECO_DA_CONTRATANTE», inscrito no CNPJ (MF) sob o nº «CNPJ_DA_CONTRATANTE», representado pelo Srº «NOME_RESP_LICITACAO», «CARGO_RESP_LICITACAO», portador do CPF nº «CPF_RESP_LICITACAO», residente na «ENDERECO_RESP_LICITACAO», e de outro lado a firma «EMPRESA_CONTRATADA»., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº «CPF_CNPJ_CONTRATADO», estabelecida à «ENDERECO_CONTRATADO», doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) «NOME_REPRESENTANTE», residente na «ENDERECO_REPRESENT_CONTRATADO», portador do «RG_CPF_REPRESENT_CONTRATADO», tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº «NO_LICITACAO» e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto «OBJETO_CONTRATADO»

«ITENS_CONTRATO»

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor deste contrato, é de R$ «VALOR_CONTRATADO» («VALOR_EXTENSO_CONTRATADO»).

2.2 Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão Eletrônico SRP «NO_LICITACAO» são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3.1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico SRP nº «NO_LICITACAO», realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 55
Rubrica

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência deste Contrato terá início em «DATA_INIC_VIG_CONTRATO» extinguindo-se em «DATA_FINAL_VIG_CONTRATO», com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. Caberá ao CONTRATANTE:

6.2. - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a prestação do serviço;

6.3. - impedir que terceiros preste o serviço do objeto deste Contrato;

6.4 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

6.5 - solicitar a troca do profissional mediante comunicação a ser feita pelo Serviço;

6.6 - solicitar, por intermédio de Autorização a substituição do profissional do objeto deste Contrato;

6.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade na prestação do serviço e interromper imediatamente, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. Caberá à CONTRATADA:

7.2 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) indenizações;

e) vales-refeição;

f) vales-transporte; e

g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 56
Rubrica

7.3 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

7.4 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

7.5 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

7.6 - responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.8 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

7.9 - efetuar a prestação do serviço do objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de 24 (VINTE E QUATRO) horas após o recebimento da Autorização de da prestação do serviço expedida pelo órgão solicitante;

7.10 - efetuar a troca do profissional considerados sem condições para a prestação do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo setor de compras;

7.11 - Comunicar ao setor de compra do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

7.12 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico SRP nº «NO_LICITACAO».

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

8.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

8.2 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.3 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

8.4 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls: 57
Rubrica

8.5 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

8.5.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

9.2 - expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

9.3 - expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

9.4 - vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. _____- **MAT.** _____ designado para esse fim, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

10.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a Autoridade Competente do(a) CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLUÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATESTAÇÃO

11.1. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento do serviço caberá ao Chefe do setor de compras do CONTRATANTE, ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1. A despesa com o fornecimento do serviço de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 58
Rubrica

Exercício 2023 Atividade; Classificação econômica:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ap fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) CONTRATANTE.

13.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO e o FGTS, em original ou em fotocópia autenticada.

13.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços fornecidos não estiverem em perfeitas condições em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

13.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

13.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$I = 0,0001644$

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 59
Rubrica

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13.7 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

15.1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2 - advertência;

16.3- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

16.4 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 7.7 e 7.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

16.5 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 60
Rubrica

16.6- suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos.

16.7 Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

16.7.1- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

16.8- não mantiver a proposta, injustificadamente;

16.9- comportar-se de modo inidôneo;

16.10- fizer declaração falsa;

16.11- cometer fraude fiscal;

16.12- falhar ou fraudar na execução do Contrato;

16.13 não celebrar o contrato;

16.14- deixar de entregar documentação exigida no certame;

16.15- apresentar documentação falsa.

16.16. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

16.17. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 2 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

16.18. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

17.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 61
Rubrica

17.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

17.2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

17.2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

18.1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico SRP nº «NO_LICITACAO», cuja realização decorre da autorização do Sr.º. «NOME_RESP_LICITACAO», e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de «CIDADE», com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das parte, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

«CIDADE» - «UF_MUNICIPIO», «DATA_DO_CONTRATO»

«NOME_DA_CONTRATANTE»
CNPJ(MF) «CNPJ_DA_CONTRATANTE»
CONTRATANTE

«EMPRESA_CONTRATADA»
«CPF_CNPJ_CONTRATADO»
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1._____ 2._____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 62
Rubrica

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos «DATA_ATA_REGISTRO_PRECOS», o Município de «CIDADE», com sede na «ENDERECO_PREFEITURA», nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° «NO_LICITACAO»,** RESOLVE registrar os preços para (objeto licitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

«OBJETO_LICITADO»

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 63
Rubrica

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA -
A prestação do serviço, deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, não podendo ultrapassar o prazo da expedição da mesma.

Parágrafo Único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no Edital em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a prestação do serviço acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária ou cheque nominativo, o qual ocorrerá até 30(trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta **"em sítios oficiais"** antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM=I x N x VP

Onde:

EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = **6%**
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 64
Rubrica

I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438
365 365

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega a prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° «NO_LICITACAO», a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **48** (quarenta e oito) horas para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço prestado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo. de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 65
Rubrica

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante.

Parágrafo Primeiro: Os serviços deverão ser prestado no endereço constante na ordem de serviço, acompanhados das respectivas notas fiscais;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 66
Rubrica

Parágrafo Segundo: Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade do serviço e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- **A pedido, quando:**

- comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

- **Por iniciativa do Ministério da Justiça, quando:**

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

- **Automaticamente:**

- por decurso de prazo de vigência da Ata;
- quando não restarem fornecedores registrados;

Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 67 Rubrica

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O licitante registrado na Ata de Registro de Preços estará obrigado a fornecer, quando solicitados, quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até **25%** (vinte e cinco por cento) de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

Parágrafo Segundo: A supressão dos materiais registradas nesta Ata poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, que se constitui a presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos materiais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº «NO_LICITACAO» e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 68
Rubrica

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de «CIDADE», com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

«CIDADE»-«UF_MUNICIPIO», «DATA_ATA_REGISTRO_PRECOS_COMUM»

MUNICÍPIO DE «CIDADE»
C.N.P.J. nº «CGC_PREFEITURA»
CONTRATANTE«ASSINAT_LICITANTES_VENC»

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 69
Rubrica

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
Avenida Antônio Pesconi, nº 378 – Centro.
CNPJ nº 25.086.596/0001-15
Fone nº (**63) 3422 1241

DESPACHO DA CPL

Processo Interno nº 023/2023

Ao Dep. Jurídico

Assunto: Parecer acerca da possibilidade jurídica da presente contratação nos termos do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

Encaminhe o presente processo ao departamento Jurídico do Município para que emita parecer acerca da possibilidade jurídica da presente solicitação e minuta do contrato, após encaminhe ao Gestor para Ratificação do Ato Administrativo, considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica.

Bernardo Sayão -TO, 19 de janeiro de 2023.

ALDENORA VIEIRA XAVIER
Pregoeira do Município

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 70
Rubrica

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

PARACER JURÍDICO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 023/2023

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 003/2022.

TIPO: Menor lance unitário.

INTERESSADA: Fundo Municipal de Saúde do Município de Bernardo Sayão - TO.

EMENTA: MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO ELETRÔNICO, E ANEXOS, QUE TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – PSF ZONA URBANA PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO – TO.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – PSF ZONA URBANA PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO – TO**

Foram apresentados ao processo de cópia do ato de designação do pregoeiro, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, especificações do objeto, modelo de proposta de preços, termo de referência, modelo de todas as declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais.

Observa-se que o julgamento será pelo Menor lance unitário, tendo como parâmetro, orçamentos realizados em empresas do ramo, ficando a cardo da secretaria e das empresas, toda e qualquer responsabilidade sobre os preços informados, não competindo a esta assessoria, avaliar a procedência e regularidade dos valores apresentados pelas empresas que realizaram as cotações.

É o que há de mais relevante para relatar.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS.
Rub ca

2. FUNDAMENTAÇÃO:

O processo licitatório tem por escopo o objeto supracitado de acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, especialmente no termo de referência.

A licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico** destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, nele não há limites de valor estimado da contratação, sendo licitações de **MENOR LANCE UNITÁRIO**, além de concentrar todos os atos em única sessão, possibilita a negociação entre o pregoeiro e o proponente que ofertou o menor preço, o que torna o procedimento muito célere e econômico para o município.

Propicia, ainda, para a Administração os seguintes benefícios:

a) Economia, pois busca a melhor proposta de preço o que gera economia financeira;
b) Desburocratização do procedimento licitatório; e,
c) Rapidez, pois a licitação é mais rápida e dinâmica assim como as contratações.

Seu regramento encontra-se no art. 45, §1º, I da Lei 8.666/93. Nesta modalidade de "menor preço", a administração pública visa **obter a melhor proposta pelo menor custo possível.**

Sobre o tema, Marçal Justen Filho esclarece:

> *"O preço representa o fator de maior relevância, em princípio, para seleção de qualquer proposta. A licitação sempre visa obter a melhor proposta pelo menor preço possível. As exigências quanto à qualidade, prazo e outras, podem variar caso a caso. Porém, isso não ocorrerá no tocante ao preço.* ***A Administração Pública tem o dever de buscar o menor desembolso de recursos, a fazer-se nas melhores condições possíveis.*** *Qualquer outra solução ofenderia aos princípios mais basilares da gestão da coisa pública. (FILHO, MARÇAL JUSTEN, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed. Ver., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 971). (grifo nosso)."*

Destaca-se, ademais, o entendimento do TCU na Súmula 247, *in verbis:*

Bruno de A. Albuquerque
Advogado OAB/TO 5982

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 72
Rubrica

> ***"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."***

Em que pese, o supracitado entendimento parece não se aplicar ao presente caso, visto que, tal julgamento pode trazer prejuízos na execução do objeto licitado, posto que, tecnicamente sua execução não pode ser realizada individualmente por licitantes distintos, visto que, os itens se complementam, ficando inviável a contratação de empresas de forma individualizada.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei n° 8.666/93, pela Lei n° 10.520/02 e Decreto 10.024/2019.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão Eletrônico, do tipo Menor lance unitário, com amparo no Decreto 10.024/19, conforme dispositivos abaixo transcritos, haja vista tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, "... aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado", vejamos o que dispõe a legislação;

> "Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
>
> II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;"

Dessa forma, visando propiciar a ampla participação de licitantes, sem prejudicar a perda de economia na aquisição dos itens, temos que o certame poderá ser engendrado sob a modalidade já referida, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR LANCE UNITÁRIO**, devendo-se tomar como parâmetro a minuta de instrumento convocatório acostado ao processo.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 73
Rubrica

Observa-se ainda, que o edital encartado aos autos atende ao que determina o art. 40 da Lei nº 8.666/93 trazendo no seu preâmbulo o número de ordem, a secretaria interessada, a sua modalidade, o tipo de licitação, bem como a menção de que o procedimento será regido pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002. Além, é claro, do local, dia e horário para recebimento dos documentos e propostas preço.

Não obstante, constam ainda: o objeto da licitação; os prazos e condições para assinatura da ata do certame; as sanções para o caso de inadimplemento; as condições de participação das empresas e a forma de apresentação das propostas; os critérios de julgamento; o local, horários e formas de contato com o Departamento de Licitação para esclarecimento, protocolo de impugnações e recursos administrativos; condições de pagamento, critério de aceitabilidade das propostas de preço; critérios de reajustes; e, relação dos documentos necessários a habilitação.

O edital também atende ao que determina o §2º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, trazendo em anexo a minuta do contrato, o termo de referência e modelo de todas as declarações que deverão integrar os documentos inerentes a habilitação.

A minuta do Contrato está em consonância com a legislação que orienta a matéria, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação, nos termos do art. 55 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

> ***"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:***
> ***I - o objeto e seus elementos característicos;***
> ***II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;***
> ***III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;***
> ***IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;***
> ***V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;***
> ***VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;***
> ***VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;***
> ***VIII - os casos de rescisão;***

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS.
Rubrica

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei."

Por fim, em análise, observa-se que da presente data até a realização do certame há tempo hábil para convocação dos interessados em participar do certame, devendo ser observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis exigidos pelo **art. 4º, V da Lei nº 10.520/2002.**

3. CONCLUSÃO:

Dessa feita e diante do exposto, **apresento parecer favorável**, devendo-se atentar para que no presente procedimento seja seguida a legalidade, devendo ser aplicada a legislação vigente e que orientam o procedimento licitatório, em especial as Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e Decreto nº 10.024/2019.

Não obstante, o presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 75
Rut a

Bernardo Sayão – TO, 19 de janeiro de 2023.

BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE
OAB/TO 5982

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 76
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2023

O FUNDO MUNICIPAL SAÚDE, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público que realizará na Sala de Licitações desta Prefeitura, situada na Avenida Antônio Pescone, 378, Centro. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO PMBS - BS 003/2023 do tipo menor preço Global. OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica(s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste Município. A propostas deve ser encaminhada a partir do 09/02/2023 as 08h00 (Horário de Brasília), para o endereço eletrônico: www.bnc.org.br. Abertura da sessão dia 20/02/2023, às 08h00minhs (horário local) O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.bernardosayao.to.gov.br, no horário compreendido entre as 07h às 12h. Maiores informações pelos telefones (63) 3422-1241.

Bernardo Sayão-TO, 6 de fevereiro de 2023.
ALDENORA VIEIRA XAVIER
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo de Aditivo ao Termo de Adesão a ata nº 5/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022. Firmado entre a Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins e a XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.707.364/0001-10, com sede na R. Rod. Fernão Dias - BR 381, Distrito Industrial na cidade de Pouso Alegre - MG, CEP: 37.556-830. Objeto: Termo de Aditivo de Prazo a carona da Ata de Registro de Preços nº 005/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 006/2022 - SRP - Processo nº 14022144066202108/2022 - Realizado pela Central de Compras - SEGES ME, por meio do Ministério da Economia - Governo Federal e Processo Licitatório Nº. 327/2022 Termo de Adesão nº. 002/2022 a contratação que demanda do presente processo, justifica-se em função dos convênios da Plataforma +Brasil nº 929759/2022 e nº 923102/2022, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Defesa, e o Município de Cariri do Tocantins/TO. Os presentes convênios assim como o Termo de Adesão têm por objeto Aquisição de equipamentos de construção - Retroescavadeiras, para atender as necessidades do Municipio de Cariri do Tocantins - TO. Fundamento Legal: Decreto Federal nº 7.892/2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas legais pertinentes. Processo Administrativo nº. 327/2022. Vigência do Termo de Aditivo: 02/01/2023 a 30/06/2023. Cariri do Tocantins - TO, 09 de fevereiro de 2023. Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior. Prefeito Municipal de Cariri do Tocantins - TO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2023

Processo: 2022.010962.

O Município de Gurupi/TO, através da Diretoria de Licitações, TORNA PÚBLICO, a realização do Pregão Eletrônico nº 005/2023. Tipo: Menor Preço Global, Ampla Concorrência. Recebimento das Propostas: até às 08:45 do dia 23/02/2023 e Abertura da Sessão Pública: dia 23/02/2023 às 09:00, horário de Brasília, no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Locação com Manutenção e Implantação de Equipamentos de Rádio de Comunicação Digital. Edital e anexos disponíveis em: www.gurupi.to.gov.br e ww.portaldecompraspublicas.com.br, a partir das 18:00h do dia 08/02/2023. Legislação: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, a Lei Complementar nº 123/2006, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações e demais legislações pertinentes. Informações pelo e-mail: cpl@gurupi.to.gov.br.

Gurupi-TO, 7 de fevereiro de 2023.
RENAN GUSTAVO MARTINS DOS SANTOS
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2023

Contrato: 13/2023. Processo: 2022001408. Modalidade: Tomada de Preço nº 11/2022. Contratante: Prefeitura Municipal de Nazaré. Contratado: Construtora Queiroz Eireli - CNPJ N.º 02.458.668/0001-02. Objeto: Contratação de Empresa Para A Construção do Centro de Triagem No Município de Nazaré. Valor do Contrato: R$ 262.111,51 (Duzentos e Sessenta e Dois Mil, Cento e Onze Reais Cinquenta e Um Centavos). Data de Asssinatura: 08/02/2023.Vigência: 08/02/2023 a 08/05/2023.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2022/PMN

O Prefeito Municipal de Nazaré, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o Art. 43, VI, da Lei Federal 8.666/93 e alterações, resolve: I - HOMOLOGAR a licitação, na modalidade Tomada de Preços n.º 11/2022/PMN, por estar de acordo com a legislação em vigor. II - ADJUDICAR a contratação de empresa para execução de obras construção do centro de triagem no Município de Nazaré, em favor a empresa CONSTRUTORA QUEIROZ EIRELI - CNPJ N.º 02.458.668/0001-02 pelo valor respectivo de R$ 262.111,51 (Duzentos e sessenta e dois mil, cento e onze reais cinquenta e um centavos), por ser as propostas mais vantajosas para o Município.

Nazaré-TO, 8 de fevereiro de 2023.
CLAYTON PAULO RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023

Aberto - Portal de Compras do Governo Federal.

A Associação Comunidade Escola (ACE) da Escola Municipal de Tempo Integral Lago Sul (Margarida Lemos), por meio da Pregoeira abaixo descrita, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 01/2023, tendo por objeto aquisições de gêneros alimentícios para uso na merenda escolar, instruído no processo nº 2022073007, sendo adjudicados/homologados os itens às empresas vencedoras: 1- PAulista Indústria e Comércio de Alimenbtos, CNPJ nº 06.285.410/0001-02 - itens: 21, 25, 27, 28, 47 e 48 - Valor total: R$ 4.004,76 (quatro mil e quatro reais, setenta e seis centavos); 2- Casa de Carne Bom File Ltda, CNPJ nº 12.376.868/0001-70 - item 10 - Valor total: 2.748,00 (dois mil, setecentos e quarenta e oito reais); 3- WM Comercial Ltda, CNPJ nº 26.814.906/0001-33 - itens: 01,02,04,05,06,07,08,11,13,16,17,18,19,20,22,23,24,26,30,31,32,34,35,36,37,39,41,42,43, 44,45. Valor total: R$ 231.431,40,00 (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos); 4- Ever e-Commerce, Importacao e Exportacao Ltda, CNPJ nº 30.816.903/0001-06 - itens: 03, 29. Valor total: R$ 29.169,00 (vinte e nove mil, cento e sessenta e nove reais); 5- Casa de Carne Central Ltda, CNPJ nº 32.984.017/0001-17 - itens: 09, 12. Valor total: 49.960,00 (quarenta e nove mil novecentos e sessenta reais) 6- J M Braga Comercial Brilhante, CNPJ nº 37.010.127/0001-00 - itens: 14, 46. Valor total: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); 7- Super Marin Comercio de Alimentos Ltda, CNPJ nº 45.778.439/0001-88 - itens: 15, 33, 38, 40. Valor total: R$ 12.985,00 (doze mil novecentos e oitenta e cinco reais).

Palmas-TO, 8 de fevereiro de 2023.
MARCELA CRISTINA SILVA

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 1/2023. Pregão Eletrônico nº 005/2022 /Aberto: Portal de Compras do Governo Federal.

A Associação Comunidade Escola (ACE) da Escola Municipal de Tempo Integral Caroline Campelo Cruz da Silva - UASG 928904, CNPJ Nº 12.397.918/0001-03, torna público o extrato da Ata de Registro de Preços nº 001/2023, resultante do Pregão Eletrônico SRP nº 005/2022, Processo 2022063304. Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios para uso na merenda escolar dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Palmas. Empresas registradas: 1- WM COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ: 26.814.906/0001-33. Valor registrado: R$ 1.954.319,45 (Um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais, quarenta e cinco centavos). 2- JM BRAGA COMERCIAL BRILHANTE, CNPJ 37.010.127/0001-00. Valor total registrado: R$ 912.137,45 (novecentos e doze mil, cento e trinta e sete reais, quarenta e cinco centavos). 3- PAULISTA IND. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME, CNPJ nº 06.285.410/0001-02. Valor registrado: R$ 150.914,90 (cento e cinquenta mil, novecentos e quatorze reais, noventa centavos); 4- CASA DE CARNE CENTRAL, CNPJ nº 32.984.017/0001-17. Valor registrado: R$ 663.628,00 (Seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e oito reais); 5-TODO DIA MINI MERCADO LTDA, CNPJ nº 21.933.497/0001-70. Valor registrado: R$ 8.801,50 (oito mil, oitocentos e um reais, cinquenta centavos); 6- EVER E-COMMERCE, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 30.816.903/0001-06. Valor registrado: R$ 72.407,70 (setenta e dois mil, quatrocentos e sete reais, setenta centavos); 7- S DE SOUSA SOBRINHO E CIA LTDA, CNPJ nº 12.376.868/0001-70. Valor registrado: R$ 466.613,20 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e treze reais, vinte centavos); 8- SUPER MARIN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 45.778.439/0001-88. Valor registrado: R$ 110.145,70 (cento e dez mil, cento e quarenta e cinco reais, setenta centavos). Valor global da Ata: R$ 4.338.967,90 (quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais, noventa centavos). Data de assinatura: 08/02/2023. Vigência: 06 meses a contar da data da publicação na Imprensa Oficial. O inteiro teor da Ata encontra-se disponível na sede da Associação Comunidade Escola (ACE) da Escola Municipal de Tempo Integral Caroline Campelo Cruz da Silva - Rua SF 11, APM 07, Setor Santa Fé, 2ª Etapa, CEP 77065-140, em Palmas/TO.

JOSÉ RIBAMAR MORAIS FARIAS
Gerenciador da Ata

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022

Registro de Preços para aquisição de combustível. Data de abertura: 24/02/2023, 09:00 h. Retirada de Edital: site da Prefeitura de Paraíso e Portal de Compras Públicas.

Paraíso - TO, 8 de fevereiro de 2023.
CRISTINA SARDINHA WANDERLEY
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022 - SRP
Reaviso

Registro de preços para futura e eventual e parcelada contratação de empresa para prestação de serviços de peças, componentes e acessórios de aparelhos de AR-CONDIONADO, FREEZER BEBEDOURO, REFRIGERADOR, FOGÃO E MÁQUINA DE LAVAR. Data de abertura: 27/02/2023, às 09:00 horas. Retirada de Edital: site www.paraiso.to.gov.br.

Paraíso- TO, 8 de fevereiro de 2023.
CRISTINA SARDINHA WANDERLEY
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEQUIZEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023

Processo Nº 1005/2022.

A Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO, por meio de seu Presidente, designado pelo Ato Governamental Nº 53/2021, de 15/01/2021, torna público que realizará às 08:00 horas do dia 24 de fevereiro de 2023, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Salgado Filho, s/n°, Centro, Pequizeiro/TO, CEP 77730-000, a sessão pública da licitação, Contratação empresa em regime de empreitada por preço global para execução de obras e serviços de engenharia com vistas a obra de pavimentação com bloquete localizada no município de Pequizeiro/TO. O edital completo e seus anexos entram-se à disposição dos interessados, pelo E-mail: cpl.pequizeiro@gmail.com e portal da transparência de Pequizeiro , pequizeiro.megasofttransparencia.com.br/

no placar da Prefeitura Municipal, no endereço já acima mencionado, bem como junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL deste município. Maiores informações estarão disponíveis pelos telefones: 63-3427-1103 e 63-3427-1119

Pequizeiro-TO, 8 de fevereiro de 2023.
ROBERTINHO DUTRA SOUZA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUÊ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 335/2023. OBJETO: Contratação de prestação de serviços especializado de ensino musical para formação de banda sinfônica destinada aos da rede Municipal de Ensino do Município de Piraquê-TO, junto ao Fundo Municipal de Educação. MODALIDADE: Pregão eletrônico do tipo Menor Preço ABERTURA: às 08h10 do dia 28 de fevereiro de 2023. Informações no telefone: 63 3479-1219 e no e-mail cpl.piraque@gmail.com ou no sitio https://www.piraque.to.gov.br e no www.licitanet.com.br.

Piraquê-TO, 8 de fevereiro de 2023.
ERASMO MIRANDA DE SOUSA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

RETIFICAÇÃO

No aviso publicado no Diário Oficial da União nº 24, 2-2-2023, Seção 3,

Onde se lê: R$ 601.384,53 (seiscentos e um mil e trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos),

Leia-se R$ 597.694,98(quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos). Ficando uma nova data para abertura do certame dia 28 de fevereiro de 2023 às 09h00min.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 77
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 12 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 0,00

Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

Autor	Marca/Modelo	Valor
ISADORA DA SILVA PEREIRA	ser	28.500,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

ISADORA DA SILVA PEREIRA

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/ae36c230d05041aca01b1aa99f7744df.pdf

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/f6e5564a3ce047e1bdac8d9d16ed7b2b.pdf

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/3173df51f9d44f0db1142a4c003cd177.pdf

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/18b560ebc065408fab356aca5fba4278.docx

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Declaração de Idoneidade
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/a28c5c8f20eb41d1868e738d86e32eeb.pdf

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Declaração de responsabilidade
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/f8fb9b4efb5041b8a3248a79a349e94a.pdf

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Outros documentos
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/757f538089644227a9ed7adbfd6fe2d5.zip

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/48ed5dab308a45eda6202ab5908ff709.docx

Horário: 15/02/2023 18:01 **Documento:** Prova de Inscrição Estadual
Endereço: http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/111d01ab998f4a2bbfe96811022d45e3.pdf

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 78
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

MOVIMENTOS DO PROCESSO

15/02/2023 17:59:42 **CADASTRO DE PROPOSTA** ISADORA DA SILVA PEREIRA

15/02/2023 18:01:36 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** ISADORA DA SILVA PEREIRA

20/02/2023 07:48:29 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: Bom dia/tarde. Estamos iniciando nosso certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº. 003/2023 em nome do (secretario de Saúde), gostaria de agradecer a todos pela participação. Dentro de instantes, o Sistema estará aberto para lances.

20/02/2023 08:10:01 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: Estamos aguardando lances mais expressivos.

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: ser Modelo:
Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO
Quantidade: 12 **Valor Unit.:** 26.000,00 **Valor Total:** 312.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif. (%)	ME
1	ISADORA DA SILVA PEREIRA	022	010.468.862-90	28.500,00	26.000,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

09/02/2023 06:44:34 **PUBLICADO**

09/02/2023 08:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

19/02/2023 23:59:00 **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

20/02/2023 08:07:45 **DISPUTA**

20/02/2023 08:07:45 **LANCE** ISADORA DA SILVA PEREIRA (PARTICIPANTE 022) **28.500,00**

20/02/2023 08:10:31 **LANCE** ISADORA DA SILVA PEREIRA (PARTICIPANTE 022) **26.000,00**

20/02/2023 08:17:45 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ISADORA DA SILVA PEREIRA

20/02/2023 08:17:45 **HABILITAÇÃO**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 79
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER

apoio GILCIA DAYANE FERREIRA VIANA

EQUIPE DE APOIO SUELENE MILHOMEM MOURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 80 Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

TOTAL DO PROCESSO: **312.000,00**

ISADORA DA SILVA PEREIRA			**010.468.862-90**	**312.000,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 022	26.000,00	**Total: 312.000,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ser	Modelo:	

Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

Quantidade: 12 **Valor Unit.: 26.000,00** Total Item: 312.000,00

PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER

apoio GILCIA DAYANE FERREIRA VIANA

EQUIPE DE APOIO SUELENE MILHOMEM MOURA

Gerado em: 20/02/2023 08:17:47

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

LOTE 1 - LOTE 1		
20/02/2023 08:07:45	ISADORA DA SILVA PEREIRA	
VÁLIDO		**28,500.00**
20/02/2023 08:10:31	ISADORA DA SILVA PEREIRA	
ÁLIDO		**26,000.00**

MÉDICO

COMISSÃO DE L
FLS. 82
Rut

PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 023/2023

EU. ISADORA DA SILVA PEREIRA, portado do RG: 6256724 CPF n.º 010.468.862-90, com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, informa os dados bancários, por meio do seu represente legal infra-assinado, apresenta proposta de preços para os produtos/serviços descritos no objeto do Lote Único deste Edital, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023,** objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃODE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica(s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste	MÊS	12	R$ 28.500,00	R$ 342.000,00
VALOR POR EXTENSO TOTAL: 342.000,00(trezentos e quarenta e dois mil reais)					

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS
PRAZO DE ENTREGA: DE ACORDO COM EDITAL

OBSERVAÇÕES: Declaramos, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita entrega dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos sociais, trabalhistas e previdenciário, responsabilizando civil e criminalmente por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para a entrega parcial e ou total do item licitado, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 83 Rubrica

Declaramos igualmente, que:
a) Temos pleno conhecimento dos termos estabelecidos no edital;
b) Recebemos do Município de Bernardo Sayão/TO todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;
c) Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;
d) Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo e estabelecido, contada da data de notificação do Município de Bernardo Sayão/TO bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena dassanções cabíveis;

Razão Social: ISADORA DA SILVA PEREIRA
CPF: 010.468.862-90
Endereço: AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES,
Tel. (94)9913-9688
e-mail: iisadoradasilva@hotmail.com
CEP: 68.385-000
Cidade: TUCUMA UF: PA
Banco: Banco do Brasil Agência: 4549-7 c/c: 18661-9

Dados do Representante Legal para assinatura do Contrato:Nome: Édipo

ISADORA DA SILVA PEREIRA,
Endereço: AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES – TUCUMA UF: PA
CEP: 68.385-000
CPF/MF: 010.468.862-90 Cargo/Função: Sócio Administrador
RG nº: 6256724- Expedido por: SSP - PA
Naturalidade: Redenção/PA - Nacionalidade: Brasileiro

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h
VALID IDENTITY AS A SERVICE

UNIVERSIDAD CRISTIANA DE BOLIVIA

Personería Jurídica - R.S. Nº 207.021
Resolución Administrativa Nº 151/96
Ministerio de Educación - R.M. Nº 565
Decreto Supremo Nº 23.370

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 84
Rubrica



Serie: MED 2883

Nº 001870

DR. SOO HYUN CHUNG Ph.D.

MAGNIFICO RECTOR DE LA UNIVERSIDAD

En uso de sus facultades, hace saber que la Srta.:

ISADORA DA SILVA PEREIRA

De nacionalidad brasilera, nacida el 29 de Julio de 1991 en Redenção – PA Brasil, ha cumplido satisfactoriamente con el Plan de Estudios e Internado Hospitalario Rotatorio y el Examen de Grado de la **CARRERA DE MEDICINA** *exigidos por Ley y Reglamentos de la Universidad Cristiana de Bolivia, para optar el* **DIPLOMA ACADEMICO** *a nivel Licenciatura como:*

MEDICO CIRUJANO

Por lo tanto: en uso del derecho que confiere el Artículo 94 de la Constitución Política del Estado, le expide el presente Diploma, firmado conjuntamente por el Vicerrector Académico, con sello seco de la Universidad y refrendado por el Secretario General, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, a los 19 días del mes de Septiembre, 2017.

Dr. Soo Hyun Chung. Ph.D
RECTOR
UNIVERSIDAD CRISTIANA
DIRECTOR

Dr. W. Winston Mamani Mamani
VICERRECTOR ACADEMICO
VICERECTOR ACADEMICO

Ing. José Ernesto Aldunate Rivera
SECRETARIO GENERAL
UCEBOL
SECRETARIO GENERAL

SE CERTIFICA LA FIRMA
NO EL CONTENIDO
MINISTERIO DE EDUCACIÓN
ARCHIVO Y LEGALIZACIONES

El Ministerio de Educación, certifica que la Firma y rúbrica que aparece en el documento

09 OCT 2017

Académico/resumen, corresponde a: Dr Sra Hyun Chung

María Eugenia Flores Alfaro
ENCARGADA DEL EQUIPO
DE MEMORIA INSTITUCIONAL
MINISTERIO DE EDUCACIÓN

MINISTERIO DE EDUCACIÓN
URRICULUM Y
ARCHIVOS Y
LEGALIZACIONES
La Paz - Bolivia

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
DO ESTADO DO PARÁ
Médico Inscrito Sob o nº 16843
às folhas 173 do livro nº 35
em 04 / 10 / 21 de acordo com a
Lei nº 3.268 de 30 de Setembro de 1957.
Belém/PA 12 / 11 / 2021
Kenia Cristina Arruda
SIDENTE

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCIÓN DEPARTAMENTAL SANTA CRUZ
BOLIVIA

Lic. M. Fabiola Domínguez Casanova
DIRECTORA DEPARTAMENTAL SANTA CRUZ a.i.
MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Consulado-Geral do Brasil
Santa Cruz de la Sierra

EL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
VICEMINISTERIO DE GESTIÓN INSTITUCIONAL Y CONSULAR
DIRECCIÓN DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ, CERTIFICA
que la firma de:
María Eugenia Flores Alfaro
guarda similitud con la que cursa en nuestro registro.
Santa Cruz - Bolivia, 12 OCT 2017
SE LEGALIZA LA FIRMA NO EL CONTENIDO DEL DOCUMENTO

BRA

BRA

109618MN

5,00

Pagou R$ 5,00 - Ouro
USD 5,00 - TEC 410.2

Consulado-Geral do Brasil em Santa Cruz
Solicitação nº 410.2-171019-000006
Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste documento de MIRIAN FABIOLA DOMINGUEZ CASANOVA - DIRECTORA DEPARTAMENTAL a. i., do(a) Ministério das Relações Exteriores, em/no(a) La Paz - Bolivia. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar com o selo deste(a) Consulado-Geral.

Santa Cruz de la Sierra, dezenove de outubro de dois mil e dezessete (19/10/2017)

Elizabete Gonçalves do Amaral
Vice-Cônsul

109618MN ATENÇÃO
Se o número no código de barras for diferente, esta etiqueta É FALSA.

- Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o art. 1º, § 1º do Dec. 8.742/2016.
- A presente legalização não implica aceitação do teor do documento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 52
Rubrica

CPF
010.468.862-90

IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR
6256724 / PC-PA

TÍTULO DE ELEITOR
060384001309

SEÇÃO
0077

ZONA
074

DATA DE NASCIMENTO
29/07/1991

NATURALIDADE
REDENÇÃO-PA

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
BELÉM-PA 05/11/2021

525921

Teresa Cristina B. Acerbo

ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER EFEITO DE ACORDO COM A LEI 6.206/75.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 58
RUB.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – PARÁ

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME
ISADORA DA SILVA PEREIRA

CRM/UF
16843/PA

FILIAÇÃO
FRANCISCA ELIENE DA SILVA

ILENO ISIDORIO PEREIRA



DATA DE INSCRIÇÃO
04/10/2021

VIA
01

Isadora da Silva Pereira

ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6256724 3 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 27/05/2018

NOME ISADORA DA SILVA PEREIRA

FILIAÇÃO

ILENO ISIDORIO PEREIRA / FRANCISC
A ELIENE DA SILVA PEREIRA

NATURALIDADE

REDENCAO PA

DATA DE NASCIMENTO

29/07/1991

DOC ORIGEM MATRICULA UNICA

06745401551991100071230000384634

CPF

PARÁ

FATOR RH

12.232.191

POLÍCIA CIVIL ESTADO DO PARÁ

ASSINATURA DO DIRETOR

Antonio Ricardo T. M. Paula
Diretor de Identificação-DID

105

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Indústria Gráfica Brasileira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

POLÍCIA CIVIL

DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



PROIBIDO PLASTIFICAR

Isadora da Silva Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

13.367.566

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Indústria Gráfica Brasileira

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

010.468.862-90

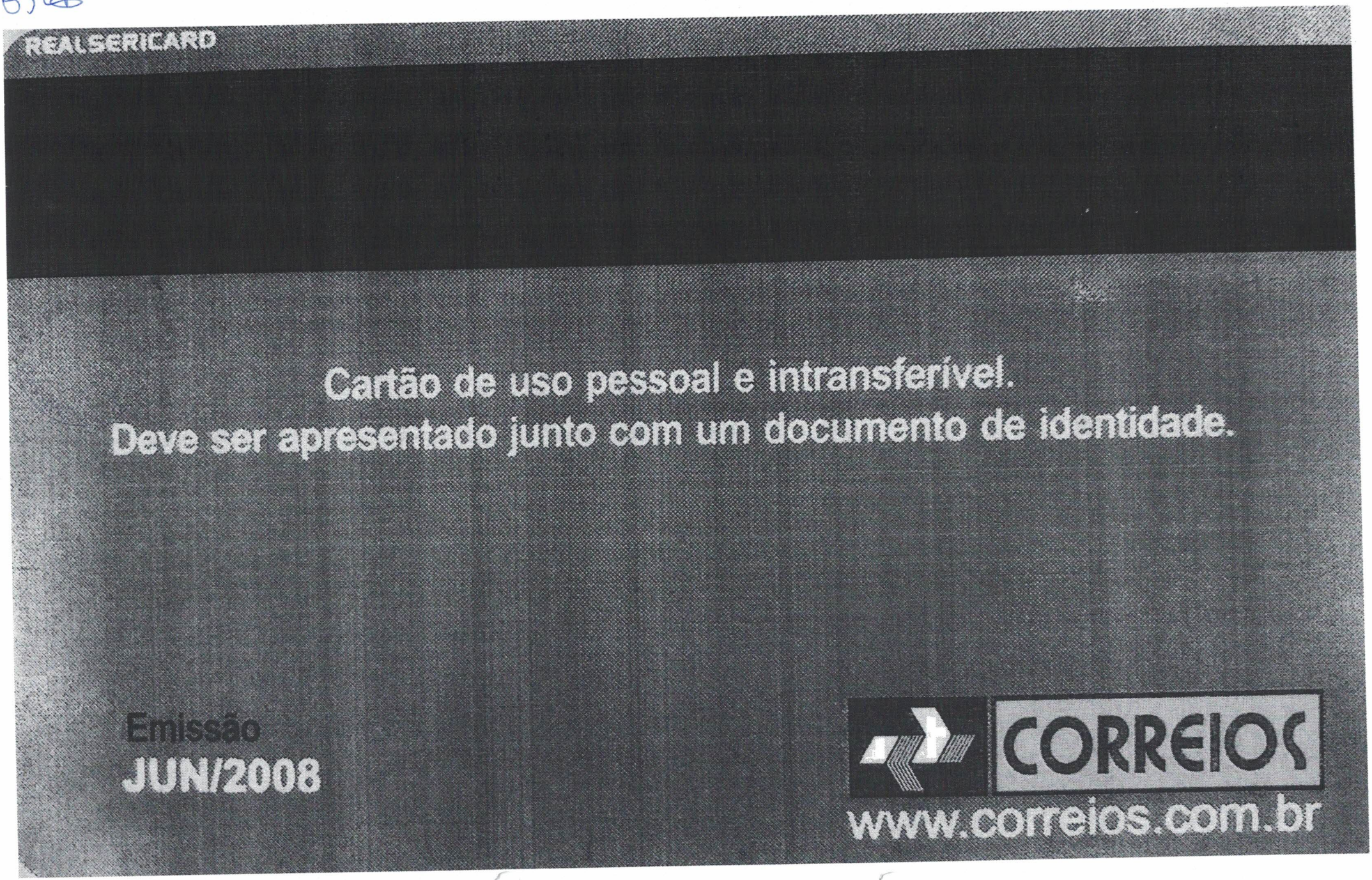
Nome

ISADORA DA SILVA PEREIRA

Nascimento

29/07/1991




REALSERICARD
Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.
Emissão
JUN/2008
CORREIOS
www.correios.com.br

DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ 04.895.728/0001-80 | Insc. Estadual: 150.744.80-3
Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5
Belém - PA CEP: 66.823-010

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 92

Classificação: Comerc. Outros Serviços e Atividades	Tipo de Fornecimento: BIFÁSICO
Tensão Nominal Disp: 127 V Lim Min: 116 V Lim Max: 133 V	

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	27/12/2022	26/01/2023	30	24/02/2023

ISADORA DA SILVA PEREIRA
INSTALAÇÃO: 93121724
CPF: ***.468.86*-**
AV PARA , 538 , OMEGA PRESENTES CEP: 68385-000
TUCUMA - TUCUMA - PA

Parceiro de Negócio
1000725912

Conta Contrato
3014167853

Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar
01/2023	02/02/2023	R$ 81,05

NOTA FISCAL Nº 036297097 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 26/01/2023
Consulte pela Chave de Acesso em:
https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta
chave de acesso:
15230104895728000180660000362970972081437124
Protocolo de autorização: 3152300002586582 -
26/01/2023 às 08:11:04

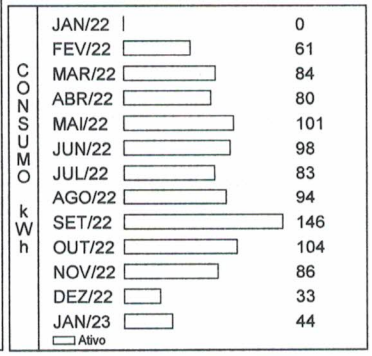
INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

- A Equatorial Pará, conf. Lei Fed. 12.007/2009, declara quitado débitos relativos a 2022, exceto débitos posteriormente apurados em revisões de faturamento. Substitui declarações anteriores
- Períodos: Band. Tarif.: Verde : 28/12 - 26/01

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R$) com Tributos	Tarifa Unit.(R$)	PIS/ COFINS(R$)	ICMS (R$)	Valor(R$)
Custo de disponibilidade (kWh)	50	1,120200	0,878900	2,55	9,52	56,01
NS FINANCEIROS						
Cip-Ilum Pub Pref Munic						25,04

Tributo	Base(R$)	Aliquota(%)	Valor(R$)
ICMS	56,01	17,0000	9,52
PIS	46,49	0,9767	0,45
COFINS	46,49	4,5158	2,10

CONSUMO kWh



Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
2928202	Consumo	ATIVO TOTAL	55.477	55.521	1,00	44 kWh

Reservado ao Fisco
0802.B92F.7C52.39B3.F797.80EF.8B2D.0A14

Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3092/22	26/01/2023	

REAVISO DE VENCIMENTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 0800 091 01 96
ATENDIMENTO GRATUITO 24 H
Acesso a nosso site: www.equatorialenergia.com.br
@equatorial.pa @equatorial_pa @equatorial_pa

Ouvidoria Equatorial: 0800 091 8500
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 18h.

ARCON-PA: 0800 727 0167
Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
Ligação gratuita de telefone fixos e móveis.

DIREITOS
É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.
É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora ou central geradora.

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 03373.384100 01406.357176 5 00000000008105

LOCAL DE PAGAMENTO
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

VENCIMENTO: 02.02.2023

BENEFICIÁRIO: EQUATORIAL PARÁ DISTRIB. DE ENERGIA S.A.
INSTALAÇÃO: 93121724
REFERÊNCIA: 01/2023
AGÊNCIA/CÓDIGO BENEFICIÁRIO:

DATA DOCUMENTO	NÚMERO DE REFERÊNCIA	ESPÉCIE DOCUMENTO	ACEITE	DATA PROCESSAMENTO	NOSSO NÚMERO
26.01.2023	0202301036297097	DM	N	26.01.2023	33733841001406357

USO DO BANCO	CARTEIRA	ESPÉCIE MOEDA	QUANTIDADE	VALOR	(=) VALOR DOCUMENTO
	17	R$			81,05

(-) DESCONTO ABATIMENTO
(-) OUTRAS DEDUÇÕES
(+) MULTA
(+) OUTROS ACRÉSCIMOS
(=) VALOR COBRADO

INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO
PAGÁVEL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS.
EM CASO DE ATRASO, MULTAS, JUROS E CORREÇÃO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA.

NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO
ISADORA DA SILVA PEREIRA 010.468.862-90

Ficha de Compensação

Pague através do PIX.
É mais facilidade pra você.
Para realizar o pagamento, utilize o QR CODE abaixo.

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 93
Rub...ca

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: ISADORA DA SILVA PEREIRA
Inscrição Estadual: NÃO CONSTA
CPF: 010.468.862-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006 , e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 21:51:23 do dia 13/02/2023
Válida até: 12/08/2023
Número da Certidão: 702023080151099-9
Código de Controle de Autenticidade: A7C19329.7970CFFA.94E47766.B5D960AB

Observação:
- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.
SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. Rubrica

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: ISADORA DA SILVA PEREIRA
Inscrição Estadual: NÃO CONSTA
CPF: 010.468.862-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006 , e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 21:51:23 do dia 13/02/2023
Válida até: 12/08/2023
Número da Certidão: 702023080151100-6
Código de Controle de Autenticidade: 6AEB3B6E.34159286.CBADF5F7.BE7CF1F1

Observação:
- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9° da Instrução Normativa n.° 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.
SERVIÇO GRATUITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAY?O - TO
Avenida Miguel Andrade Batista, 0420, centro, BERNARDO SAYAO - TO
Telefone: (63) 3422 1241
CNPJ: 25.086.596/0001-15

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 95
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - NÃO CADASTRAL CONTRIBUINTE

Código da Certidão	Concedido a
9bc03cdd-TI	010.468.862-90

É certificado que, nesta data, esta pessoa não faz parte do cadastro de contrubuintes, e portanto a mesma não possui lançamentos informados, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Finalidade: Licitação

Emitida Eletrônicamente em 14/02/2023

Válida até: 15/04/2023

Código de controle: 7502-0026-8D07-EDC4-4AA6-4F63-D158-0ABB

Expedido pela Internet em 14/02/2023 às 20:47 (data e hora de Brasília).	A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço https://datta.link/4rmpw433 ou através do QRCode ao lado. Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.	

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:
4432694

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 96
Rubrica

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME

CPF: 010.468.862-90

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:

NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 14 de Fevereiro de 2023 - 17h 50m 36s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certtidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 97
Rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ISADORA DA SILVA PEREIRA**

CPF/CNPJ: **010.468.862-90**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:48:13 do dia 14/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 6JU4140223174813

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 98
Rub

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ISADORA DA SILVA PEREIRA
CPF: 010.468.862-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:36:12 do dia 20/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2023.
Código de controle da certidão: **5FA8.A3CA.A1FE.EAED**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:
4432694

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 99
Rubrica

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME

CPF: 010.468.862-90

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:

NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 14 de Fevereiro de 2023 - 17h 50m 36s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certtidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 300
Rub

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ISADORA DA SILVA PEREIRA
CPF: 010.468.862-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:10:25 do dia 10/09/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/03/2019.
Código de controle da certidão: **E60F.DD46.98D1.902D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 103
Rub

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 26980991/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

ISADORA DA SILVA PEREIRA

OU

CPF n. 010.468.862-90

Certidão emitida em 14/02/2023, às 17:16:58 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Distrito Federal, Pará e Tocantins.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Distrito Federal, Pará e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 14/02/2023, às 06:54:30.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 26980991

Código de Validação: 5C76 3274 D286 5713 DD87 31A4 D46D 5C94

Data da Atualização: 14/02/2023, às 06:54:30

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAY?O - TO
Avenida Miguel Andrade Batista, 0420, centro, BERNARDO SAYAO - TO
Telefone: (63) 3422 1241
CNPJ: 25.086.596/0001-15

COMISSÃO DE
FLS. 102
RU

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - NÃO CADASTRAL CONTRIBUINTE

Código da Certidão	Concedido a
9bc03cdd-TI	010.468.862-90

É certificado que, nesta data, esta pessoa não faz parte do cadastro de contrubuintes, e portanto a mesma não possui lançamentos informados, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Finalidade: Licitação

Emitida Eletrônicamente em 14/02/2023

Válida até: 15/04/2023

Código de controle: 7502-0026-8D07-EDC4-4AA6-4F63-D158-0ABB

Expedido pela Internet em 14/02/2023 às 20:47 (data e hora de Brasília).	A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço https://datta.link/4rmpw433 ou através do QRCode ao lado. Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.	

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 103
Rubrica

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTES

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 003/2023

Pessoa Fisica **ISADORA DA SILVA PEREIRA** com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000 CPF n.º 010.468.862-90, DECLARA sob as penas da lei, para fins do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2023, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentespolíticos.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 104
Rubrica

DECLARAÇÃO UNIFICADA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 003/2023

EU. ISADORA DA SILVA PEREIRA, portado do RG: 6256724 CPF n.º 010.468.862-90, com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000.

DECLARA, na forma e sob as sanções previstas na Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos para participação nesta licitação.

DECLARA ainda ter ciência que "A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios das leis supracitadas, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, referente ao Edital de Pregão, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital – Art.26 § 1º . DECRETO 10.024/19.

DECLARA, sob as penas da lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

DECLARA, de que aceita e concorda com as condições expressas no Edital.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h
VALID IDENTITY AS A SERVICE

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

MÉDICO

COMISSÃO DE L
FLS. 105
Rui

DECLARAÇÃO INIDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 023/2023

EU. ISADORA DA SILVA PEREIRA, portado do RG: 6256724 CPF n.º 010.468.862-90, com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, **DECLARA,** sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, instaurada pela Prefeitura Municipal de BernardoSayão, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qual quer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 106
Rubrica

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTES

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 003/2023

Pessoa Fisica **ISADORA DA SILVA PEREIRA** com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000 CPF n.º 010.468.862-90, neste ato por seu responsável Sr.(a) Édipo Gladston Amâncio, DECLARA sob as penas da lei, para fins do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2023, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h
VALID IDENTITY AS A SERVICE

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 107
Rub.ca

DECLARAÇÃO UNIFICADA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 003/2023

EU. ISADORA DA SILVA PEREIRA, portado do RG: 6256724 CPF n.º 010.468.862-90, com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000.

DECLARA, na forma e sob as sanções previstas na Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos para participação nesta licitação.

DECLARA ainda ter ciência que "A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios das leis supracitadas, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, referente ao Edital de Pregão, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital – Art.26 § 1º . DECRETO 10.024/19.

DECLARA, sob as penas da lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

DECLARA, de que aceita e concorda com as condições expressas no Edital.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h
VALID IDENTITY AS A SERVICE

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

MÉDICO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
108
Rubrica

DECLARAÇÃO INIDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 023/2023

EU. ISADORA DA SILVA PEREIRA, portado do RG: 6256724 CPF n.º 010.468.862-90, com sede na AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, **DECLARA,** sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, instaurada pela Prefeitura Municipal de BernardoSayão, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qual quer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Tucuma/PA 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
ISADORA DA SILVA PEREIRA
Data: 13/02/2023 - 20:34:22h

ISADORA DA SILVA PEREIRA
CRM/UF 16843/PA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 109 Rubrica

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LICITANTE

Razão Social: ISADORA DA SILVA PEREIRA	
Endereço: AV. PARA,538 OMEGA PRESENTES	
Complemento:	Bairro: TUCUMA
Cidade: TUCUMÃ	UF: PA
CEP: 68.385-000	CNPJ: 010.468.862-90
Telefone Comercial: (94)9913-9688	Inscrição Estadual: 6256724
ME/EPP: Sim	
Representante Legal: ISADORA DA SILVA PEREIRA	RG: 6256724
Email: scustodio904@gmail.com	CPF: 010.468.862-90
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	

Por meio do presente Termo, o Representante Legal do Licitante especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

1. São responsabilidades do Licitante:
   I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
   II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
   III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras, dos quais declara ter pleno conhecimento;
   IV. Designar Representante Legal como responsável perante a Bolsa Nacional de Compras; e
   V. Pagar taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

2. **O Licitante reconhece que a utilização do Sistema Eletrônico de Licitação implica no pagamento de taxas de utilização, conforme regras previstas no Anexo III do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**
3. **O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento.**
4. O presente Termo de Adesão é válido por termo indeterminado, podendo ser rescindido ou revogado a qualquer tempo pelo Licitante, mediante comunicação expressa.
5. A rescisão do presente Termo não isenta o Licitante de quaisquer ônus devidos à BNC referentes ao seu período válido.
6. A BNC - Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002 que permite a cobrança pela utilização de serviços de tecnologia da informação disponibilizados, bem como suas manutenções e melhorias, e suporte aos usuários quanto a ferramentas e informações relacionadas.
7. Pela utilização dos produtos e serviços mencionados, a BNC apresenta os seguintes planos de cobrança:

Plano	Nome	Descrição
A	**PERÍODO MENSAL**	**O Licitante tem direito a participar de processos licitatórios por 1 (um) mês.**
B	**POR PARTICIPAÇÃO**	**O Licitante terá o valor do plano cobrado para cada proposta cadastrada durante a vigência deste plano para processo licitatório que tenha sido disputado.**

8. A escolha dos planos se dá por ação do usuário no Sistema, na tela de Configurações de Plano e Cobrança, selecionando o plano desejado e confirmando a opção. O ação só pode ser realizada pelo usuário Representante Legal da empresa Licitante, após autenticação por login e senha previamente cadastrados.
9. O valores são apresentados pelo Sistema na tela de escolha dos planos. A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio, apresentando uma nova tabela de cobrança.
10. O não pagamento das cobranças mencionadas acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BNC, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.
11. Os planos A e B tem opção de renovação automática.
12. A participação referente ao plano C é cobrada sempre que o processo licitatório entra em fase de Habilitação, com vencimento para o próximo dia útil.
13. A liberação de acesso ao sistema se dará mediante:

I. Validação de documentação anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se necessário);

II. Em caso de escolha de plano por período, deverá ser confirmado seu pagamento pela BNC. Esta verificação pode ser feita por meio do envio de comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br;

III. A liberação ocorrerá em até 24 horas;

IV. Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

TUCUMÃ, 13 de Fevereiro de 2023

ISADORA DA SILVA PEREIRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 312
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

MOVIMENTOS DO PROCESSO

15/02/2023 17:59:42 **CADASTRO DE PROPOSTA** ISADORA DA SILVA PEREIRA

15/02/2023 18:01:36 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** ISADORA DA SILVA PEREIRA

20/02/2023 07:48:29 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: Bom dia/tarde. Estamos iniciando nosso certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº. 003/2023 em nome do (secretario de Saúde), gostaria de agradecer a todos pela participação. Dentro de instantes, o Sistema estará aberto para lances.

20/02/2023 08:10:01 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: Estamos aguardando lances mais expressivos.

20/02/2023 08:21:18 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: Informo-vos que estaremos em fase de analises de documentos para a HABILITAÇÃO.

20/02/2023 08:32:39 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: foi constatado que a certidão federal esta vencida abro prazo de 3 dias para anexa no portal ou encaminha por email

20/02/2023 08:32:47 **MENSAGEM** PREGOEIRO
SENHORES LICITANTES: A partir desse momento, abro o prazo de 30 minutos para a manifestação de interesse em interpor recurso.

LOTE 1 - ADJUDICADO
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: ser Modelo:
Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO
Quantidade: 12 **Valor Unit.:** 26.000,00 **Valor Total:** 312.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif. (%)	ME
1	ISADORA DA SILVA PEREIRA	022	010.468.862-90	28.500,00	26.000,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

09/02/2023 06:44:34 **PUBLICADO**

09/02/2023 08:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

19/02/2023 23:59:00 **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

20/02/2023 08:07:45 **DISPUTA**

20/02/2023 08:07:45 **LANCE** ISADORA DA SILVA PEREIRA (PARTICIPANTE 022) **28.500,00**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 113
Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

20/02/2023 08:10:31	**LANCE** ISADORA DA SILVA PEREIRA (PARTICIPANTE 022)	**26.000,00**
20/02/2023 08:17:45	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ISADORA DA SILVA PEREIRA		
20/02/2023 08:17:45	**HABILITAÇÃO**	
20/02/2023 08:51:16	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/02/2023 09:21:16	**EM ADJUDICAÇÃO**	
20/02/2023 09:42:09	**ADJUDICADO**	

PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER

apoio GILCIA DAYANE FERREIRA VIANA

EQUIPE DE APOIO SUELENE MILHOMEM MOURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 314 Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

			TOTAL DO PROCESSO:	**312.000,00**
ISADORA DA SILVA PEREIRA			**010.468.862-90**	**312.000,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 022	26.000,00	**Total: 312.000,00**
em: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ser	Modelo:	

Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

Quantidade: 12 **Valor Unit.: 26.000,00** Total Item: 312.000,00

PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER

apoio GILCIA DAYANE FERREIRA VIANA

EQUIPE DE APOIO SUELENE MILHOMEM MOURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 115 Rubrica

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
BERNARDO SAYÃO-TO

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
Processo Administrativo Nº 023/2023
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALDENORA VIEIRA XAVIER
Data de Publicação: 09/02/2023 06:44:34

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 20/02/2023 09:47:50
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

m: 1 Unidade: UNIDADE Marca: ser Modelo:

Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF URBANO, COM CARGA HORÁRIO DA 40 H SEMANAIS. ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

Quantidade: 12 **Valor Unit.:** 26.000,00 **Valor Total:** 312.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif. (%)	ME
1	ISADORA DA SILVA PEREIRA	022	010.468.862-90	28.500,00	26.000,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

AUTORIDADE: WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO
CNPJ: 11.408.686/0001-70 RUA ERNESTINO MARCELINO ALVES, 78 – CENTRO - CEP: 77.755-000
BERNARDO SAYÃO – TO Fone: 063 3422-1012 E-mail: bssecretariasaude@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 336 Rubrica

PROCEDIMENTO Nº: 023/2023
ASSUNTO: Extrato da Ata de Registro de Preços N° 001/2023 referente ao Pregão Eletronico nº 003/2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2023

MODALIDADE: Pregão Eletronico nº 003/2023.

OBJETO: O Registro de preços para futura e eventual Contratação De Pessoa(s) Física(s) e/ou jurídica (s) para prestação de serviços médicos atendendo as especificações do programa Saúde da Família-PSF Zona Urbana, com carga horário da 40 h semanais. Atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde Deste Município.

Tendo em vista a necessidade da Contratação dos serviços anteriormente descritos, e considerando que o processo se formalizou em observância das disposições contidas no Art. 38, INCISO VII da Lei Nº 8.666/93, PUBLICAMOS o EXTRATO da presente licitação para efetivação das despesas solicitadas em favor das empresas aludidas abaixo:

EMPRESA/PESSOA FISICA	UF	CIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP
ISADORA DA SILVA PEREIRA	PA	TUCUMÃ/PA	AV. PARA,538	OMEGA PRESENTES	68.385-000
FONE	**EMAIL**	**REPRESENTANTE**		**CPF**	**RG**
(94)991396884	iisadoradasilva@hotmail.com	ISADORA DA SILVA PEREIRA		010.468.862-90	6256724

Importa a presente em R$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais).

Brasilândia - TO, aos 02/02/2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERNARDO SAYÃO/TO
CNPJ 11408686/0001-70
CONTRATANTE
WASTRE JHONNATHAN FERREIRA DE SANTANA
Gerenciador da Ata

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 117
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ

C E R T I D Ã O

Certifico, para os devidos fins, que a **Dra. ISADORA DA SILVA PEREIRA** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ , sob o número 16843, desde 04/10/2021, estando quite com o exercício de 2022.

Belém, 28 de fevereiro de 2023

Certidão emitida no dia 28 de fevereiro de 2023. Válida até o dia 30 de abril de 2023.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: http://www.portalmedico.org.br, por meio do código **KUQ1PE**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 138 Rubrica

PARECER DE CONTROLE INTERNO N° 002/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2023.

PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023.

Vem a exame do Núcleo de Controle Interno deste município, para manifestação, o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2023/FMS, PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023/FMS, para objeto Prestação de Serviços Medicos para atendimento espcifico do Programa de Saúde da Familia _PSF.

Após iniciamos análise minuciosamente do processo licitatório acima referendado, a Controladoria do Município de Bernardo Sayão no uso de suas atribuições, passa a opinar.

I – DA MODALIDADE ADOTADA:

A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023, prevista nas Leis Federal nº. 10.520/2002, Decreto nº. 10.024/2019, Decreto Municipal nº 052/2021 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes e suas alterações.

II – DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS:

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou o que segue:

1. Consta nos autos a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, para abertura do Processo Licitatório, e despacho do Secretario Municipal para a Comissão Permanente de Licitação;

2. O setor Contábil informou a existência de Dotação Orçamentária;

3. O Senhor Prefeito Autorizou abertura do processo administrativo de Licitação;

4. Consta o Decreto que designa a Pregoeira e nomeia a equipe de apoio paraatuarem nas licitações, na modalidade Pregão;

5. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação Autuou o processo Licitatório;

6. Consta a minuta do Edital e seus Anexos;

7. Consta o parecer Jurídico, dando ciência que foi analisada a minuta do Editale seus Anexos, quanto as suas legalidades previstas nesta Lei;

8. O edital está composto das cláusulas e anexos, concernentes ao que prever a legislação em vigor, devidamente analisado pelo setor jurídico visto que atende os requisitos legais;

9. Consta as devidas documentações das empresas participantes do certame, bemcomo a Propostas dos Participantes;

10. ATA DE CESSÃO – DISPUTA PARTE 1 DE 1;

11. Consta Proposta Consolidada;

12. Consta adjudicação, homologação, e suas devidas publicações;

13. O Contrato encontram-se devidamente assinado e publicado.

III - DA PUBLICAÇÃO E DOS PRAZOS:

119

Foi publicado o Aviso Pregão Eletrônico nº 003/2023, no veículo de publicação oficial, conforme estabelece a legislação em vigor, sendo respeitado o prazo que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do aviso e abertura.

Estão igualmente publicados os avisos de adjudicação e homologação, e o extratodo Contrato.

IV – DO JULGAMENTO:

No que tange ao julgamento dos preços e documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências do Edital. Visto posterior julgamento, que foram cumpridas todas as etapas seguintes, desde a Adjudicação, Homologação, Contrato e suas devidas publicações.

V – CONCLUSÃO:

Esta controladoria, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhadosdos atos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei n° 10.520/2002 e Lei n° 8.666/1993, e demais instrumentos legais correlatados, o referido processo se encontra:

(**X**) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento,publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento,publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades apontadas no Relatório de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Ressalto que a opinião supra não elide e nem respalda irregularidades nãodetectadas nos trabalhos desta controladoria. Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade.

Recomendamos a publicação Resumida do Contrato ou Ata Conforme **Art. 61, Parágrafo único da** Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.
Ausencia de Assinatura no Termo de Referencia e Homologação.

Bernardo Sayão - TO, 24 de fevereiro de 2023.

JOÃO ANGELO DA SILVA
CONTRLE INTERNO
Decreto nº 138/2021